

COMPANHIA FORÇA E LUZ CATAGUAZES-LEOPOLDINA

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DE 2003
OBJETO DE PUBLICAÇÃO**

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Se nos dois últimos anos sofremos com os efeitos do racionamento de energia elétrica, muito nos alegra anunciar que a Cataguazes-Leopoldina conseguiu em 2003 reverter os resultados negativos contabilizados em 2001 e 2002. Depois de um plano de saneamento financeiro concretizado no início do quarto trimestre de 2003, a Cataguazes-Leopoldina obteve nesse exercício um lucro líquido consolidado de R\$16,9 milhões.

Com esse desempenho, está sendo prevista a distribuição de dividendos mínimos e fixos para as ações preferenciais classe “A” e “B”, respectivamente, no montante de R\$16,7 milhões, dos quais apenas 31,7% será efetivamente distribuído a curto prazo, haja vista compromissos contratuais assumidos pelos acionistas signatários do “Acordo de Acionistas” em favor dos terceiros debenturistas, em face da subordinação à escritura da 6ª emissão de debêntures da Companhia.

Os resultados positivos em 2003 devem-se a uma série de medidas tomadas pela administração do Sistema Cataguazes-Leopoldina. Dentre elas, a finalização em outubro do programa de reestruturação do endividamento das empresas que compõem o Sistema Cataguazes-Leopoldina, no valor aproximado de R\$750 milhões, compatibilizando os vencimentos de suas dívidas de curto prazo com as respectivas gerações de fluxo de caixa e restabelecendo a liquidez de curto prazo. Para tanto, foi primordial o apoio dos credores e, em especial, do BNDES – Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

Também em consonância com esse planejamento estratégico, a Cataguazes-Leopoldina, através de sua controlada Cat-Leo Energia, alienou duas de suas PCHs - Pequenas Centrais Hidrelétricas, a Ivan Botelho I e a Túlio Cordeiro de Mello, de potência total de 40 MW, por R\$80,0 milhões mais as dívidas contraídas por essas PCHs junto ao BNDES, no valor de cerca de R\$51,7 milhões. Essa operação foi responsável pelo registro de uma receita, líquida dos custos contábeis dos ativos vendidos, no valor aproximado de R\$45,2 milhões.

O exercício de 2003 foi ainda marcado pela inauguração de quatro PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas (das quais duas são as citadas no parágrafo anterior), das cinco que estavam sendo construídas simultaneamente, acrescentando cerca de 75 MW a capacidade instalada. Atualmente, o Sistema Cataguazes-Leopoldina detém 19 PCHs (106 MW de capacidade total) e uma participação de 50% numa termelétrica com 87 MW de capacidade instalada. Os investimentos em geração de energia no biênio 2002/2003 atingiram aproximadamente R\$200 milhões.

Ano após ano, nosso empenho na busca da excelência dos serviços prestados aos consumidores tem sido reconhecido pelo mercado. Em 2003, três das cinco empresas do Sistema Cataguazes-Leopoldina ganharam importantes prêmios do setor elétrico nacional, conferido pela Abradee - Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica. Saelpa, CELB e CFLCL receberam o Prêmio Abradee 2003 nas seguintes categorias, respectivamente: Melhor Evolução do Desempenho; Melhor Qualidade da Gestão e Responsabilidade Social.

Quanto ao novo modelo institucional do setor elétrico, permanecemos esperançosos e confiantes de que Governo e Congresso juntos sejam flexíveis e conciliem as reivindicações dos geradores e distribuidores de energia elétrica, com diretrizes claras e duradouras, para que retomemos o crescimento do Brasil sem medos ou sobressaltos futuros e capazes de conciliar as necessidades do país com os interesses dos envolvidos: acionistas, investidores e consumidores.

Cataguazes, 29 de março de 2004

Ivan Müller Botelho
Presidente do Conselho de Administração

Relatório da Administração

A seguir, submetemos a sua apreciação os fatos e eventos marcantes de 2003, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes.

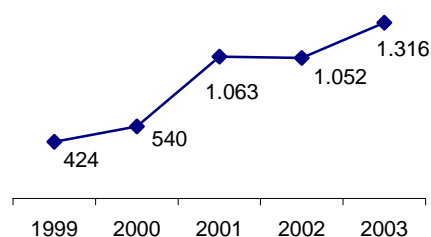
1. Receita Operacional Bruta Consolidada cresceu 25,1%

Em 2003, a Receita Operacional Bruta Consolidada da Cataguazes-Leopoldina (CFLCL) atingiu R\$1.315.951 mil, superando em 25,1% a receita obtida em 2002. Por distribuidora e geradora de energia elétrica do Sistema Cataguazes-Leopoldina, esse crescimento de receita em 2003 assim se apresenta:

<u>Empresa</u>	<u>Receita Operacional Bruta (R\$ mil)</u>	<u>Variação % (*)</u>
CFLCL	272.201	+ 25,6
CENF	71.950	+ 19,1
Energipe	398.724	+ 31,1
CELB	89.066	+ 16,6
Saelpa	459.656	+ 16,2
Cat-Leo Energia	15.097	+ 82,3
Usina Termelétrica de Juiz de Fora	104.824	+ 120,5
CFLCL Consolidada	1.315.951	+25,1

(*) Em relação a 2002

Evolução da Receita Operacional Consolidada da CFLCL nos últimos 5 anos (R\$ milhões)



2. Consumo de Energia Elétrica aumentou 7,1%

Embora o mercado de energia ainda tenha sido marcado pelos resquícios remanescentes do racionamento em algumas regiões em que atua o Sistema Cataguazes-Leopoldina, o volume consolidado de vendas de energia aos seus quase 1.775 mil consumidores foi de 5.891 GWh (962 GWh pela controladora CFLCL), em 2003, o que significa um aumento de 7,1% no exercício (3,8% na controladora CFLCL excluindo os efeitos do consumidor livre existente na sua área de concessão), bastante representativo se comparado aos seguintes crescimentos do consumo de energia: no Brasil, de 3,7%; na região Sudeste, de 1,5%; e na região Nordeste, de 6,0%.

Dentre as classes, destaque-se:

- o consumo do setor residencial (1.705 GWh no consolidado e 297 GWh na controladora CFLCL) que apresentou um crescimento consolidado de 8,0% (1,8% maior na controladora CFLCL) sobre o consumo de 2002, graças, principalmente, ao desempenho surpreendente do consumo residencial na área de concessão da controlada Saelpa (10,2% maior em relação a 2002);
- a classe comercial que registrou um consumo consolidado de 859 GWh (132 GWh na controladora CFLCL), superior em 7,5% (3,1% maior na controladora CFLCL) ao verificado em 2002;
- a classe industrial consolidada consumiu 2.122 GWh (316 GWh na controladora CFLCL, excluindo o consumidor livre existente na sua área de concessão), com crescimento de 4,3%. Considerando esse consumidor livre (26 GWh de consumo nos meses de setembro a dezembro de 2003, tendo sido faturado apenas os custos do uso do sistema de distribuição e transmissão nesse período), o setor industrial atendido pela controladora CFLCL apresentou crescimento de 5,8% no consumo, evidenciando que apesar da economia do país tenha crescido timidamente (consumo industrial de energia no Brasil cresceu apenas 1,7% em 2003), a indústria mineira na área de concessão da CFLCL registra expressivo desenvolvimento.

O volume de vendas de energia no Nordeste, especificamente das controladas Energipe, CELB e Saelpa, mostra uma recuperação de mercado mais acentuada após o racionamento (deflagrado em meados de 2001 e só encerrado em fevereiro de 2002), comparativamente às vendas da CFLCL e da controlada CENF, atuantes no Sudeste. Em relação a 2000, as vendas consolidadas em 2003 das controladas que atuam no Nordeste já são superiores em 6,4%, o que não ocorre no Sudeste.

Histórico de Vendas de Energia no Mercado Próprio (GWh)

Descrição	Sudeste		Nordeste			Total
	CFLCL(*)	CENF	Energipe	CELB	Saelpa	
2000 (sem racionamento)	1.004	312	1.788	511	2.074	5.689
2001 (com racionamento)	910	263	1.661	455	1.953	5.242
2002 (com racionamento)	952	267	1.736	482	2.061	5.498
2003 (sem racionamento)	962	276	1.859	524	2.269	5.891
Crescimento 2003/2002 (%)	+1,1	+ 3,6	+ 7,1	+ 8,7	+ 10,1	+ 7,1

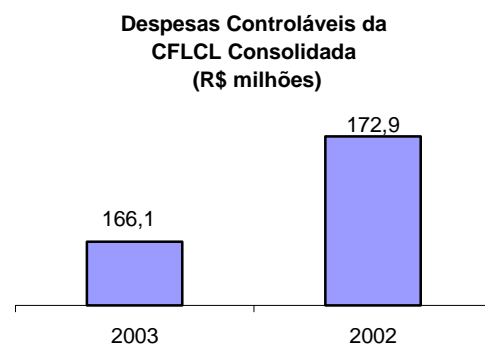
(*) Considerando no balanço energético as vendas de consumidor livre na região CFLCL o crescimento é de 3,8%

3. Despesas controláveis caem 3,9% e geração de caixa cresce 35,1%

A CFLCL e suas controladas têm envidado esforços visando racionalizar seus custos operacionais controláveis (pessoal, material e serviços de terceiros) e incrementar novos padrões de serviços, com menores custos, eficiência, produtividade, mas, sobretudo, com maior qualidade no fornecimento de energia aos consumidores. Nessa linha, foi possível obter, em 2003, redução de 3,9% nesses custos consolidados, que atingiram R\$166.133 mil, contra R\$172.872 mil em 2002.

Empresa	Despesas Controláveis (R\$ mil)	Variação % (*)
CFLCL	38.600	+ 3,8
CENF	11.109	+ 2,5
Energipe	46.066	- 1,5
CELB	11.684	- 6,6
Saelpa	62.710	- 8,4
Cat-Leo Energia	1.438	+ 3,1
Usina Termelétrica de Juiz de Fora	2.312	- 41,9
CFLCL Consolidada	166.133	- 3,9

(*) Em relação a 2002



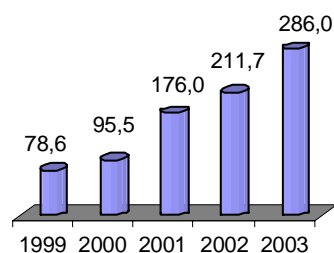
Por sua vez, a geração operacional de caixa consolidada, medida pelo EBITDA, foi 35,1% maior em relação a de 2002, totalizando R\$286.044 mil (R\$59.820 mil na controladora CFLCL), o que representa uma margem consolidada de EBITDA (geração operacional de caixa por receita operacional líquida) de 28,7%, ou seja, superior em 2,7 pontos percentuais a de 2002.

A seguir, evolução das gerações de caixa (EBITDA) das distribuidoras e geradoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina:

Geração de Caixa (EBITDA – Em R\$ mil)

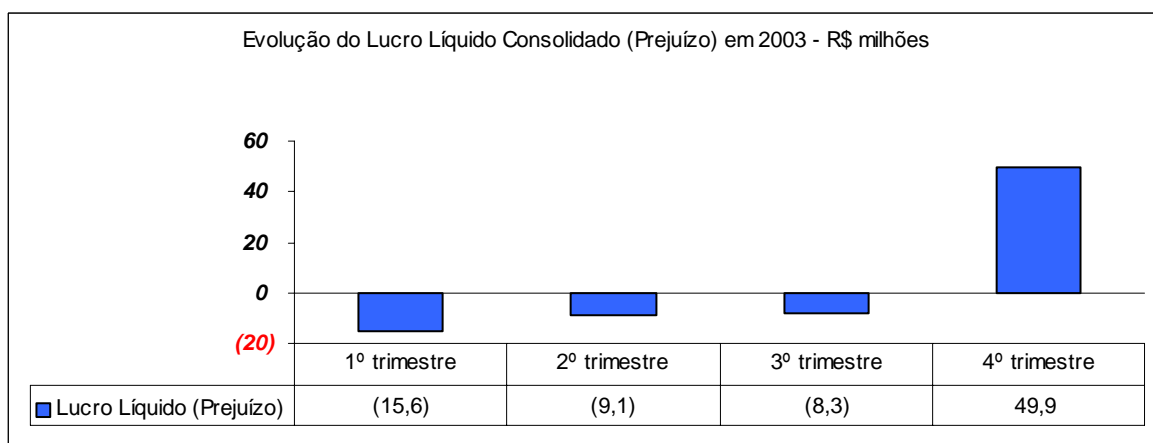
Empresa	2003	2002
CFLCL	59.820	24.534
CENF	4.236	13.282
Energipe	90.952	65.934
CELB	8.932	10.525
Saelpa	85.689	90.574
Cat-Leo Energia	11.285	5.077
Usina Termelétrica de Juiz de Fora	46.799	5.922
EBITDA Consolidado	286.044	211.654
Margem de EBITDA Consolidada (%)	28,7	26,0

Evolução do EBITDA Consolidado da CFLCL nos últimos 5 anos (R\$ milhões)



4. Resultados das geradoras e distribuidoras do Sistema Cataguazes-Leopoldina são todos positivos e CFLCL Consolidada lucra R\$16,9 milhões no exercício

A CFLCL registrou em 2003 um lucro líquido consolidado de R\$16.946 mil (R\$15.328 mil na controladora), revertendo o resultado negativo de R\$72.978 mil (R\$76.772 mil negativos na controladora), em 2002, o que representa um resultado consolidado em 2003 de R\$0,13 por lote de mil ações da controladora CFLCL, ante um prejuízo de R\$0,57 por lote de mil ações contabilizado em 2002. Esse desempenho deve-se aos resultados positivos no último trimestre de 2003, bem como à operação de venda das usinas Ivan Botelho I e Túlio Cordeiro de Mello, os quais já refletem os efeitos do plano de saneamento financeiro das distribuidoras e geradoras de energia do Sistema Cataguazes-Leopoldina concretizado no início do quarto trimestre de 2003, e a melhoria de desempenho dessas empresas, as quais sem exceção apresentam em 2003 resultados positivos.



Indicadores Operacionais e de Desempenho das Distribuidoras e Geradoras de Energia Elétrica e Consolidado, em 2003

Valores em R\$ mil	CFLCL	CENF	Energipe	CELB	Saelpa	Cat-Leo Energia (*)	Consolidado
Área de Concessão (Km ²)	16.331	1.000	17.419	1.789	54.595	-	91.134
Nº de Consumidores	297.960	79.416	434.281	130.900	831.609	4	1.774.166
Nº de Empregados	703	88	811	223	1.536	76	3.487
Vendas - Mercado Próprio (GWh)	962	276	1.859	524	2.269	-	5.891
Crescimento das Vendas - Mercado Próprio (%)	1,1	3,6	7,1	8,7	10,1	-	7,1
Suprimento de Energia (GWh)	13	43	223	43	100	804	586
Geração Própria de Energia (GWh)	202	55	-	-	-	157	414
Perdas de Energia do Sistema Próprio (%)	10,4	7,8	12,2	8,9	20,7	-	14,9
DEC	9,30	18,53	12,86	12,56	25,47	-	-
FEC	8,84	11,28	10,25	9,58	9,96	-	-
Receita Operacional Bruta	272.201	71.950	398.724	89.066	459.656	67.510	1.315.951
Receita Operacional Líquida	201.660	49.565	305.762	70.260	349.287	64.521	997.394
Despesas Financeiras Líquidas	(106.789)	(1.669)	(64.088)	(1.843)	(12.892)	(1.925)	(180.436)
Resultado dos Serviços de Energia	46.227	1.683	77.198	5.837	68.405	31.429	230.831
Lucro Líquido (Prejuízo) do exercício	15.328	1.654	16.181	3.438	35.984	21.776	16.946
Geração de Recursos – EBITDA	59.820	4.236	90.952	8.932	85.689	35.895	286.044
EBITDA / Receita Líquida (%)	30,0	8,5	29,7	12,7	24,5	55,6	28,7

(*) Consolidada com UTE de Juiz de Fora (50% de participação)

5. Proposta de dividendos: R\$0,2092 e de R\$ 0,1255 por mil ações preferenciais “A” e “B”, respectivamente.

A administração da CFLCL convocou e realizou, em 9 de dezembro de 2003, Assembléia Geral Extraordinária (AGE) para deliberar sobre importantes matérias de interesse dos seus acionistas, e aprovou: 1) a absorção de prejuízos contábeis contra capital social conforme apurado no balanço especial levantado em 30 de setembro de 2003; 2) a conferência às ações preferenciais, independente da classe, do direito de dividendos cumulativos nos exercícios sociais de 2003 e 2004; e 3) a possibilidade de pagamento de tais dividendos cumulativos, no exercício em que o lucro for insuficiente, à conta de reservas de capital. Essa iniciativa objetivou criar condições para o retorno da política de distribuição de dividendos da CFLCL, que ao longo dos seus 99 anos de existência sempre se pautou pela remuneração do capital investido, que foi recentemente interrompida devido aos efeitos do racionamento de energia de 2002 e 2001.

A diretoria da CFLCL optou pelo provisionamento de dividendos mínimos e fixos somente para as ações preferenciais classe “A” e classe “B”, à razão de, respectivamente, R\$0,2092 por lote de mil ações preferenciais classe “A” e de R\$0,1255 por lote de mil ações preferenciais classe “B”, equivalentes a R\$16.723 mil. Desse montante, apenas 31,7% serão efetivamente distribuídos a curto prazo, haja vista compromissos contratuais assumidos pelos acionistas signatários do “Acordo de Acionistas” em favor dos terceiros debenturistas, em face da subordinação à escritura da 6ª emissão de debêntures da Companhia.

6. Investimentos ultrapassam R\$193 milhões e Cat-Leo Energia coloca quatro PCHs em operação comercial

Em 2003, a CFLCL e suas controladas investiram R\$193.525 mil na ampliação dos seus sistemas elétricos (R\$194.073 mil em 2002), priorizando os investimentos em geração de energia elétrica, que absorveram o montante de R\$114.460 mil nesse exercício, o que significa um aumento de 33% sobre os valores aplicados nessa área em 2002, de R\$86.074 mil.

Investimentos realizados

Valores em R\$ mil	CFLCL (*)	CENF	Energipe	CELB	Saelpa	Total
. Geração (**)	114.363	-	97	-	-	114.460
. Transmissão e Distribuição	17.705	2.046	23.182	4.279	29.174	76.386
. Outros	1.270	178	821	98	312	2.679
Total	133.338	2.224	24.100	4.377	29.486	193.525

(*) Incluem investimentos da Cat-Leo Energia S/A (R\$108.864 mil) e da Usina Termelétrica de Juiz de Fora (R\$2.604 mil).
(**) Os investimentos em 2003 nas PCHs alienadas totalizaram R\$32.104 mil.

Também, buscou-se racionalizar os investimentos em redução das perdas comerciais/técnicas e na inadimplência dos consumidores. As ações empreendidas nessa direção, com base nas diretrizes emanadas do Modelo de Sistema de Gestão, implantado em 2002 e consolidado em 2003, redundaram em conquistas importantes em 2003. O índice consolidado de inadimplência dos consumidores do Sistema Cataguazes-Leopoldina reduziu-se em 10,5% em 2003 com relação ao de 2002. Quanto às perdas consolidadas de energia, foi alcançada uma redução de 1,7% vis-à-vis às perdas registradas em 2002.

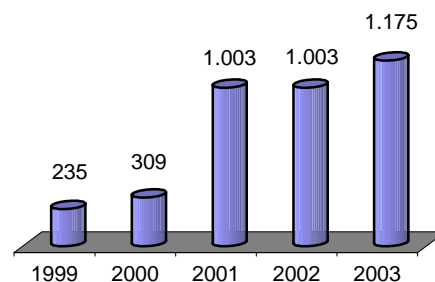
Empresa	Perdas de Energia (%)			Inadimplência (%)		
	2003	2002	Melhoria em %	2003	2002	Melhoria em %
CELB	8,94	9,68	- 7,6	4,06	5,75	-29,4
Saelpa	20,65	21,09	- 2,1	7,59	8,22	- 7,7
Energipe	12,15	12,46	-2,5	2,74	4,16	- 34,1
CENF	7,84	8,12	-3,4	4,26	2,93	+ 45,4
CFLCL	10,44	10,63	- 1,8	2,77	2,10	+ 31,9
Consolidado	14,85	15,11	-1,7	4,68	5,23	- 10,5

Destaque-se também em 2003 as conclusões das construções, pela controlada Cat-Leo Energia, de quatro PCHs – Pequenas Centrais Hidrelétricas, de potência total de cerca de 75 MW e capacidade de produção anual aproximada de 380 GWh. Ao final de 2003, o Sistema Cataguazes-Leopoldina totalizava uma capacidade instalada de 193 MW e de produção anual de 1.175 GWh, através de 19 Pequenas Centrais Hidrelétricas e uma termelétrica, considerando os 40 MW das PCHs alienadas no exercício.

Importante destacar que em 2004 haverá expressiva redução de investimentos em geração, uma vez que apenas a PCH Triunfo (24 MW) encontra-se em construção. Essa usina demandará investimentos de R\$30 milhões em 2004. Com isso, o Sistema Cataguazes-Leopoldina sai de um fluxo demandador de

recursos para investimentos em geração para um fluxo de receita de cerca de R\$34 milhões por ano, provenientes das referidas usinas construídas.

Evolução da Capacidade de Produção do Sistema Cataguazes-Leopoldina (GWh / ano)



7. Concluída a operação de alienação de duas PCHs no montante de R\$131,7 milhões

No exercício, a CFLCL alienou as ações da Centrais Hidrelétricas Grapon S/A (controlada da CFLCL), detentora das Pequenas Centrais Hidrelétricas Ivan Botelho I e Túlio Cordeiro de Mello de capacidade total instalada de 40 MW. Tal transação resultou na transferência do financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor de R\$51.700 mil, referente à construção dessas usinas. Em 20 de fevereiro de 2004, foi realizada a liquidação financeira do contrato de compra e venda dessas ações, que gerou um crédito para a CFLCL no valor aproximado de R\$79.957 mil. Essa operação resultou num receita no exercício de 2003, líquida dos custos contábeis dos ativos vendidos, no valor aproximado de R\$45.248 mil.

8. Perfil do Endividamento Bancário de Curto Prazo reduz de 45% para 29%

A CFLCL e suas controladas Energisa, CENF, Energipe, CELB e Saelpa concluíram em outubro de 2003 o programa de reestruturação dos seus endividamentos, no montante aproximado de R\$750 milhões, o que possibilitará compatibilizar os vencimentos de suas dívidas de curto prazo com as respectivas gerações de fluxo de caixa e reduzir os atuais *spreads* incidentes sobre as operações financeiras. Esse programa envolveu emissão de debêntures (R\$130 milhões), alongamentos de dívidas bancárias, com fornecedores e fiscais (R\$14 milhões), subordinação de dívidas com acionistas (R\$26 milhões) e um aumento de capital por subscrição particular de ações (R\$20 milhões) na controladora CFLCL, bem como alongamentos de vencimentos de dívidas bancárias, com fornecedores e fiscais de suas subsidiárias em aproximadamente R\$560 milhões, dos quais R\$9 milhões pela CENF, R\$328 milhões pela Energipe, R\$8 milhões pela CELB e R\$215 milhões pela Saelpa. Em decorrência, o endividamento bancário consolidado de curto prazo da CFLCL sobre o endividamento total reduziu de 45%, em dezembro de 2002, para 29% em dezembro de 2003.

Há de se mencionar que o exercício de 2003 foi marcado pelo aumento das taxas básicas de juros (CDI médio de 23,3% em 2003 ante os 19,1% em 2002) e dos *spreads* bancários em função da instabilidade econômica do país, das indefinições regulatórias do setor elétrico e de fatores externos da economia mundial.

Em face dos atuais níveis de taxas de juros e *spreads* e da referida reestruturação de dívida, os custos financeiros das dívidas de curto prazo do Sistema Cataguazes-Leopoldina deverão apresentar, em 2004, uma redução média de cerca de quatro pontos percentuais. Observa-se, portanto, que as despesas financeiras em 2003 carregam encargos financeiros mais elevados, que representaram cerca de R\$15 milhões na controladora CFLCL e R\$45 milhões no consolidado.

Os esforços empreendidos na reestruturação de dívida resultaram em 2003 numa diminuição das despesas financeiras consolidadas líquidas em R\$47.609 mil em relação a 2002. Entretanto, devido ao perfil endividamento da controladora e aos fatores econômicos mencionados, a controladora teve um aumento de R\$31.158 mil nessa rubrica, que seriam praticamente eliminados se a economia nacional tivesse operado nos patamares de juros atuais.

O endividamento oneroso consolidado mostrou um acréscimo de 2,3% em 2003, sendo inferior, entretanto, à taxa CDI média do período, de 23,3%:

Descrição	Controladora		Consolidado	
	<u>2003</u>	<u>2002</u>	<u>2003</u>	<u>2002</u>
Endividamento Oneroso (*) - R\$ mil	361.160	330.174	1.094.245	1.069.985
EBITDA - R\$ mil	59.820	24.534	286.044	211.654
Endividamento de Curto Prazo / Endividamento Total	34%	47%	29%	45%

(*) Endividamento Oneroso = Empréstimos e Financiamentos + Debêntures – Ativo Regulatório

Cabe ressaltar que os números acima não refletem: 1) os efeitos da alienação das PCHs Ivan Botelho I e Túlio Cordeiro de Mello, referentes à parcela recebida pela CFLCL, em 20/02/2004, de R\$80 milhões; 2) integralmente os efeitos no EBITDA dos aumentos tarifários ocorridos ao longo do exercício; e 3) os impactos positivos da entrada em operação das PCHs Ivan Botelho II e Ormeo Junqueira Botelho, em outubro e dezembro de 2003, respectivamente.

9. Atuação da CFLCL na Comunidade e Preservação do Meio Ambiente

A consistente política de responsabilidade social desenvolvida nos últimos anos pela Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina, por intermédio da Fundação Cultural Ormeo Junqueira Botelho, foi premiada em 2003. A Abradee – Associação Brasileira de Distribuidores de Energia Elétrica – apontou a CFLCL como a melhor empresa do setor elétrico em responsabilidade social. Um reconhecimento extremamente honroso para a empresa que implementa ações de cunho cultural e educacional através das Usinas Culturais, núcleos de aprendizado, produção e apresentação artística implantados em municípios pólos de sua área de concessão. Em Cataguases, merece destaque ainda o programa Café com Pão Arte Confusão, que atende a quase 1.000 crianças carentes oferecendo aulas de diferentes manifestações culturais. Nesta cidade ainda funcionam o Centro Cultural Humberto Mauro e o Museu Chácara Dona Catarina, locais de apresentação de shows e exposições. Na área ambiental, a Cataguazes-Leopoldina deu continuidade aos seus programas de reflorestamento no entorno das PCHs concluídas ou em fase de construção, além de prosseguir com a conservação das suas Reservas Particulares do Patrimônio Natural.

A seguir, informações relativas ao desempenho econômico-social da controladora CFLCL:

Balanco Social da CFLCL

	2003	2002
1. Indicadores econômico-financeiros (R\$ mil)		
1.1 - Receita Operacional Líquida	201.660	161.043
1.2 - Resultado Operacional (exclui R\$1.168 em 2003 e R\$1.204 em 2002, referentes a juros sobre capital próprio recebidos)	(30.146)	(96.686)
1.3 - Folha de Pagamento Bruta	22.691	20.671
2. Indicadores Laborais (R\$ mil)		
2.1 - Alimentação	2.280	2.125
2.2 - Encargos Sociais Compulsórios	5.411	5.199
2.3 - Previdência Privada	557	564
2.4 - Saúde	817	681
2.5 - Educação	211	324
2.6 - Participação nos lucros	-	-
2.7 - Outros Benefícios	471	296
Total - Indicadores Laborais (2.1 a 2.7)	9.747	9.189
3. Indicadores e Investimentos Sociais (R\$ mil)		
3.1 - Impostos (excluídos encargos sociais)	72.536	59.212
3.2 - Contribuição p/a Sociedade/Investimentos na Cidadania	2.037	2.116
3.3 - Investimentos em Meio Ambiente	106	685
3.4 - Programa Luz no Campo	252	2.123
3.5 - Programa de eficiência energética, pesquisa e desenvolvimento	1.319	1.125
Total - Indicadores e Investimentos Sociais (3.1 a 3.5)	76.250	65.261
4. Indicadores do Corpo Funcional		
4.1 - Nº de empregados ao final do período	703	718
4.2 - Nº de admissões durante o período	25	18

10. Site de Relações com Investidores da Cataguazes é um dos mais bem votados no mundo

Em solenidade realizada em 20 de janeiro de 2004, em Cancun, no México, o site da Cataguazes-Leopoldina **ficou em 4º lugar** no Prêmio Pop+ 2004 **entre empresas do mundo** (3º lugar entre empresas do Brasil). O prêmio concedido pela MZ Consult aos melhores sites de RI (Relações com Investidores) em sua sexta edição atingiu o status de prêmio mundial tornando-se o Ranking Global e Premiação dos Sites de RI, com o registro recorde de 262 companhias inscritas de 33 países.

De sua primeira edição em 1999 para cá, a realização anual do Prêmio MZ dos Melhores Sites de RI vem crescendo ano a ano, sendo que a Cataguazes-Leopoldina desde a sua participação inicial sempre se manteve entre as cinco melhores colocadas. É importante ressaltar que a premiação é realizada através de votação direta de acionistas, analistas, investidores e demais agentes do mercado de capitais.

11. Desempenho das ações na Bovespa

Em 2003, as ações preferenciais classe "A" da CFLCL apresentaram uma valorização de 18,3% na Bolsa de Valores de São Paulo. Ao final do ano, as ações preferenciais classe "A" da CFLCL foram cotadas a R\$1,42 por lote de mil ações, ante o seu valor patrimonial de R\$2,62.

12. Atendimento à Instrução CVM nº 381

A CFLCL e suas controladas passaram a utilizar os serviços de Auditoria Independente da Deloitte Touche Tohmatsu, a partir de 2002. Anteriormente, a Deloitte já havia sido contratada para uma revisão dos procedimentos fiscais adotados pelo Sistema Cataguazes-Leopoldina, visando verificar o cumprimento das obrigações relativas aos impostos e contribuições e apresentar recomendações para o aprimoramento dos procedimentos fiscais. Tais serviços foram concluídos, com honorários correspondentes a R\$70 mil, que representam cerca de 25% dos honorários de auditoria. A administração da CFLCL e seus auditores independentes entendem que a prestação desses serviços não afetou a independência e a objetividade necessárias ao desempenho dos serviços de auditoria externa.

**Demonstração do valor adicionado dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2003 e 2002**
(em milhares de reais)

	2003	2002
1- GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Receitas de vendas de energia e serviços	272.201	216.688
Receitas não operacionais	80.106	2.613
Menos Insumos:		
Custo da energia comprada	77.753	78.727
Transporte de potência elétrica	4.851	5.085
Serviços de Terceiros	9.712	10.321
Materiais	3.297	3.172
Outros custos operacionais	42.254	6.981
	<u>137.867</u>	<u>104.286</u>
2- VALOR ADICIONADO BRUTO	<u>214.440</u>	<u>115.015</u>
Quotas de reintegrações	13.593	13.430
3- VALOR ADICIONADO LÍQUIDO GERADO	<u>200.847</u>	<u>101.585</u>
Equivalência patrimonial	31.857	(29.407)
Amortização de ágio	(273)	(1.548)
Receitas financeiras	10.888	3.813
Imposto de renda e contribuição social, diferidos	-	19.080
4- VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR	<u>243.319</u>	<u>93.523</u>
5- DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO		
Remuneração do trabalho	25.591	23.701
Governo: (impostos, taxas e contribuições)	72.536	59.212
Transferências intra-setoriais	13.919	11.841
Juros	114.440	73.574
Aluguéis	1.505	1.967
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	15.328	(76.772)
	<u>243.319</u>	<u>93.523</u>

**Demonstração do Fluxo de Caixa dos exercícios findos em
31 de dezembro de 2003 e 2002
(em milhares de reais)**

	2003	2002
Atividades Operacionais		
(+) Recebimento de clientes	343.368	227.768
(+) Outros recebimentos	2.955	13.390
(-) Fornecedores	85.854	81.042
(-) Salários e Encargos Sociais	27.344	26.346
(-) Tributos e contribuições sociais	86.732	42.290
(-) Outras Despesas	8.281	6.562
(=) Disponibilidades líquidas geradas atividades operacionais	138.112	84.918
Atividades de Investimentos		
(+) Aumento de Capital	20.000	-
(+) Dividendos Recebidos	96	14
(-) Depósito Judicial de Dividendos	6.701	1
(-) Aquisição de Imobilizado	11.692	13.421
(=) Variação de caixa das atividades de investimentos	1.703	(13.408)
Atividades de Empréstimos e Financiamentos		
(+) Empréstimos e Financiamentos Obtidos	66.000	235.081
(-) Serviço da Dívida:	223.793	286.544
(=) Variação de caixa das atividades de empréstimos e financiamentos	(157.793)	(51.463)
Aumento (diminuição) do saldo líquido de caixa	(17.978)	20.047
Saldo de caixa no início do exercício	21.941	1.894
Saldo de caixa no final do exercício	3.963	21.941

A Administração.

Demonstrações Financeiras

1. Balanço Patrimonial – Ativo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002
(Em milhares de reais)

ATIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
CIRCULANTE				
Disponibilidades	2.548	21.712	28.771	32.233
Aplicações no mercado aberto	1.415	228	31.317	22.859
Consumidores e concessionárias	38.420	67.554	258.195	343.130
Títulos de créditos a receber	5.374	9.856	61.763	90.090
Créditos renegociados	-	-	7.810	32.692
Recomposição tarifaria extraordinária	5.143	8.758	49.787	46.803
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(6.757)	(3.659)	(57.336)	(94.840)
Estoques	327	424	2.479	3.618
Depósitos judiciais - dividendos	6.701	-	6.701	-
Devedores diversos	85.539	1.556	98.276	2.513
Impostos a recuperar	8.519	13.883	53.958	51.788
Despesas pagas antecipadamente	7.182	969	23.508	5.893
	<u>154.411</u>	<u>121.281</u>	<u>565.229</u>	<u>536.779</u>
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO				
Recomposição tarifaria extraordinária	-	3.305	103.883	115.311
Consumidores e concessionárias	16.730	11.581	35.833	19.354
Títulos de créditos a receber	6.229	6.365	35.532	16.479
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	-	-	(3.074)	-
Créditos renegociados	-	-	63.248	20.638
Controladores, controladas e partes relacionadas	93.267	58.798	-	-
Impostos a recuperar	928	1.284	13.002	15.281
Créditos tributários	40.006	40.006	182.375	172.672
Cauções e depósitos vinculados	474	441	39.383	26.096
Despesas pagas antecipadamente	8.555	-	14.739	-
Outros	11.447	10.746	68.575	49.545
	<u>177.636</u>	<u>132.526</u>	<u>553.496</u>	<u>435.376</u>
PERMANENTE				
Investimentos	463.189	423.932	10.625	10.952
Imobilizado	176.180	173.606	1.364.278	1.334.044
Diferido	1.253	1.104	434.470	435.498
	<u>640.622</u>	<u>598.642</u>	<u>1.809.373</u>	<u>1.780.494</u>
TOTAL DO ATIVO	<u>972.669</u>	<u>852.449</u>	<u>2.928.098</u>	<u>2.752.649</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

2. Balanço Patrimonial – Passivo

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 e 2002 (Em milhares de reais)

PASSIVO	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
CIRCULANTE				
Fornecedores	41.016	29.708	177.747	127.752
Encargos de dividas	1.038	229	5.029	5.140
Empréstimos e financiamentos	48.649	123.455	258.177	488.489
Debêntures	76.334	35.706	76.334	35.706
Folha de pagamento	-	-	1.652	1.584
Tributos e contribuições sociais	29.604	20.031	106.556	134.400
Juros sobre o capital próprio/dividendos	6.223	897	8.572	3.916
Encargos do consumidor a recolher	548	1.019	3.043	4.729
Obrigações estimadas	2.161	2.113	19.981	14.970
Outras contas a pagar	6.077	8.044	49.721	71.395
	<u>211.650</u>	<u>221.202</u>	<u>706.812</u>	<u>888.081</u>
EXIGÍVEL A LONGO PRAZO				
Fornecedores	9.788	874	64.389	53.927
Empréstimos e financiamentos	77.932	56.587	674.450	511.659
Debêntures	160.283	117.127	160.283	117.127
Impostos a recolher	12.202	12.541	191.594	68.589
Controladores, controladas e partes relacionadas	142.935	102.724	161.590	175.106
Provisões para contingências	3.103	2.902	90.010	102.728
Provisão de déficit atuarial	-	-	36.500	46.188
Outras contas a pagar	10.738	13.059	32.415	31.763
	<u>416.981</u>	<u>305.814</u>	<u>1.411.231</u>	<u>1.107.087</u>
PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA	-	-	501.515	469.164
PATRIMÔNIO LÍQUIDO				
Capital social	279.977	334.335	279.977	334.335
Correção monetária do capital	9.837	9.837	9.837	9.837
Ações em tesouraria	(5.244)	(5.244)	(5.244)	(5.244)
Reservas de capital	26.545	26.545	26.545	26.545
Reservas de lucros	32.923	-	-	-
Prejuízos acumulados	-	(40.040)	(2.575)	(77.156)
	<u>344.038</u>	<u>325.433</u>	<u>308.540</u>	<u>288.317</u>
TOTAL DO PASSIVO	<u>972.669</u>	<u>852.449</u>	<u>2.928.098</u>	<u>2.752.649</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

3. Demonstrações do Resultado

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 e 2002

(Em milhares de reais exceto o prejuízo por lote de mil ações)

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
Receita operacional bruta				
Fornecimento de energia elétrica	255.269	205.933	1.242.966	948.440
Suprimento de energia elétrica	108	10.539	49.972	97.224
Venda de energia - ajuste MAE	(1.383)	(14.495)	(1.383)	(14.495)
Serviços especializados	-	-	3.617	2.204
Outras receitas	18.207	14.711	20.779	18.278
	<u>272.201</u>	<u>216.688</u>	<u>1.315.951</u>	<u>1.051.651</u>
Deduções à receita operacional				
ICMS faturado	53.529	43.500	237.074	183.568
Pis, Cofins e Iss	13.261	8.638	68.357	41.187
Quotas para a reserva global de reversão	3.751	3.507	13.126	11.904
	<u>70.541</u>	<u>55.645</u>	<u>318.557</u>	<u>236.659</u>
Receita operacional líquida	<u>201.660</u>	<u>161.043</u>	<u>997.394</u>	<u>814.992</u>
Despesas (receitas) operacionais				
Pessoal	25.591	23.701	97.193	96.549
Material	3.297	3.172	14.546	15.112
Serviços de terceiros	9.712	10.321	49.272	61.211
Energia elétrica comprada para revenda	77.753	78.727	419.980	323.162
Compensação financeira p/ utilização de recursos hídricos	240	251	240	251
Transporte de potência elétrica	4.851	5.085	66.689	57.437
Depreciação e amortização	13.593	13.430	55.213	50.733
Quota para conta de consumo de combustível	10.168	8.334	42.695	36.161
Provisão para contingências	201	(727)	695	(424)
Provisão para devedores duvidosos	3.374	1.253	(890)	(4.106)
Outras despesas	6.653	6.392	20.930	17.985
	<u>155.433</u>	<u>149.939</u>	<u>766.563</u>	<u>654.071</u>
Resultado do serviço	<u>46.227</u>	<u>11.104</u>	<u>230.831</u>	<u>160.921</u>
Receita (Despesa) financeira				
Receita de aplicações financeiras	341	38	5.369	2.154
Variação monetária e acréscimo moratório de energia vendida	3.331	2.881	26.740	18.787
Encargos de dívidas	(84.767)	(76.335)	(241.176)	(234.276)
(-) Transferência para Imobilizado em curso	2.417	143	17.848	776
Juros sobre o capital próprio	1.168	1.204	(893)	(808)
Outras receitas (despesas)	(29.279)	(3.562)	11.676	(14.678)
	<u>(106.789)</u>	<u>(75.631)</u>	<u>(180.436)</u>	<u>(228.045)</u>
Amortização de ágio	(273)	(1.548)	(15.521)	(17.380)
Resultado de equivalência patrimonial	31.857	(29.407)	1.112	66
Resultado operacional	<u>(28.978)</u>	<u>(95.482)</u>	<u>35.986</u>	<u>(84.438)</u>
Receita não operacional	80.106	2.613	83.120	8.761
Despesa não operacional	(34.632)	(1.779)	(37.832)	(10.343)
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda, participações e reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>16.496</u>	<u>(94.648)</u>	<u>81.274</u>	<u>(86.020)</u>
Contribuição social e Imposto de renda	-	19.080	(30.938)	19.464
Lucro (prejuízo) antes das participações e da reversão dos juros sobre o capital próprio	<u>16.496</u>	<u>(75.568)</u>	<u>50.336</u>	<u>(66.556)</u>
Participações de empregados e administradores	-	-	(1.033)	(415)
Participação minoritária	-	-	(33.250)	(6.815)
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre capital próprio	<u>16.496</u>	<u>(75.568)</u>	<u>16.053</u>	<u>(73.786)</u>
Reversão de juros sobre o capital próprio	(1.168)	(1.204)	893	808
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>15.328</u>	<u>(76.772)</u>	<u>16.946</u>	<u>(72.978)</u>
Lucro líquido (prejuízo) por lote de mil ações em circulação - R\$	<u>0,117</u>	<u>(0,616)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

4. Demonstrações das Origens e Aplicações de Recursos

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 e 2002
(Em milhares de reais)**

	CONTROLADORA		CONSOLIDADO	
	2003	2002	2003	2002
Origens de recursos				
Das operações (vide demonstração abaixo)	80.975	-	191.535	37.068
Dos acionistas				
Aumento de capital	20.000	-	20.000	-
De terceiros				
Financiamentos captados a longo prazo	25.757	44.153	135.550	337.427
Subscrição de debêntures	107.671	-	107.671	-
Contribuição de consumidores	3.953	8.523	10.958	25.811
Juros sobre o capital próprio de controladas	1.168	1.204	-	-
Parcelamento de impostos	-	-	79.950	-
Redução do realizável a longo prazo	-	60.098	-	-
Aumento do exigível a longo prazo	74.344	12.318	336.896	123.340
Outros	-	-	639	-
	<u>313.868</u>	<u>126.296</u>	<u>883.199</u>	<u>523.646</u>
Total das origens	<u>313.868</u>	<u>126.296</u>	<u>883.199</u>	<u>523.646</u>
Aplicações de recursos				
Nas operações (vide demonstração abaixo)	-	43.828	-	-
Nos investimentos	45.000	-	26	103
No imobilizado	21.465	19.992	192.506	186.930
No diferido	405	374	2.189	1.039
Transferência do exigível a longo prazo para o circulante	144.849	59.513	332.380	268.428
Juros sobre o capital próprio/dividendos	16.723	-	17.615	808
Aumento no realizável a longo prazo	42.744	-	128.764	4.508
Total das aplicações	<u>271.186</u>	<u>123.707</u>	<u>673.480</u>	<u>461.816</u>
Aumento do capital circulante líquido	<u>42.682</u>	<u>2.589</u>	<u>209.719</u>	<u>61.830</u>
Demonstração da variação do capital circulante líquido				
Ativo Circulante				
No início do exercício	121.281	96.889	536.779	443.323
No fim do exercício	<u>154.411</u>	<u>121.281</u>	<u>565.229</u>	<u>536.779</u>
	<u>33.130</u>	<u>24.392</u>	<u>28.450</u>	<u>93.456</u>
Passivo Circulante				
No início do exercício	221.202	199.399	888.081	856.455
No fim do exercício	<u>211.650</u>	<u>221.202</u>	<u>706.812</u>	<u>888.081</u>
	<u>(9.552)</u>	<u>21.803</u>	<u>(181.269)</u>	<u>31.626</u>
Aumento do capital circulante líquido	<u>42.682</u>	<u>2.589</u>	<u>209.719</u>	<u>61.830</u>
Operações				
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	15.328	(76.772)	16.946	(72.978)
Despesas (receitas) que não afetam o capital circulante :				
Juros e variações monetárias de itens de longo prazo	48.196	6.698	28.816	53.560
Resultado de equivalência patrimonial	(31.857)	29.407	(1.112)	(66)
Depreciação e amortização	13.593	13.430	55.213	50.733
Amortização de ágio	273	1.548	15.521	17.380
Valor residual de ativos permanentes baixados	35.241	1.788	37.061	8.128
Perda (ganho) de capital	-	-	-	2.890
Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(18.930)	2.071	(25.181)
Recomposição tarifária extraordinária de longo prazo	-	(608)	-	(3.390)
Conta de variação de valores Parcela A - CVA de longo prazo	-	338	-	(399)
Provisão para devedores duvidosos de longo prazo	-	-	3.074	-
Provisão (reversão) para contingências	201	(727)	695	(424)
Participação minoritária	-	-	33.250	6.815
	<u>80.975</u>	<u>(43.828)</u>	<u>191.535</u>	<u>37.068</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

5. Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2003 E 2002

(Em milhares de reais)

	CAPITAL		RESERVAS DE CAPITAL					RESERVAS DE LUCROS				Total
	REALIZADO	ATUALIZADO	Correção monetária	Ágio na subscrição de ações	Subvenção de Investimentos	Remuneração de imobilizações em curso	Outras reservas de capital	Estatutária	Retenção de lucros	Legal	Lucros (prejuízos) acumulados	
Saldos em 01 de janeiro de 2002	334.335	9.837	(5.244)	6.057	9.927	6.386	4.175	28.030	-	8.702	-	402.205
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(76.772)	(76.772)
Absorção de prejuízos	-	-	-	-	-	-	-	(28.030)	-	(8.702)	36.732	-
Saldos em 31 de dezembro de 2002	334.335	9.837	(5.244)	6.057	9.927	6.386	4.175	-	-	-	(40.040)	325.433
Aumento de capital conforme RCA de 04/06/03	20.000	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	20.000
Redução de capital conforme AGE de 09/12/03 (*)	(74.358)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	74.358	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(2.161)	(2.161)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	15.328	15.328
Proposta de destinação do lucro líquido do exercício												
Reserva legal	-	-	-	-	-	-	-	-	-	766	(766)	-
Dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(14.562)	(14.562)
Retenção de lucros	-	-	-	-	-	-	-	-	32.157	-	(32.157)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2003	279.977	9.837	(5.244)	6.057	9.927	6.386	4.175	-	32.157	766	-	344.038

(*) Vide notas explicativas nº 20 e 21

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2003 e 2002

(Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Companhia Força e Luz Cataguazes-Leopoldina - CFLCL é uma concessionária de energia elétrica, que atua em 67 municípios no Estado de Minas Gerais e 1 no Estado do Rio de Janeiro, atendendo a aproximadamente 297.960 consumidores (não auditado pelos auditores independentes).

A CFLCL também é controladora de outras sociedades. Os percentuais de participação e as informações sobre esses investimentos estão apresentados nas notas nºs 4, 12 e 13.

A CFLCL apresentava o capital circulante líquido negativo em 31 de dezembro de 2003, nos montantes de R\$57.239 (R\$99.921 em 2002) na controladora e R\$141.583 (R\$351.302 em 2002) no consolidado. A melhoria do capital circulante líquido é reflexo da conclusão, em outubro de 2003, do programa de reestruturação do endividamento do Sistema Cataguazes-Leopoldina, que envolveu cerca de R\$750 milhões e consistiu no alongamento de dívidas bancárias, com acionistas, com fornecedores e fiscais, no montante de R\$600 milhões, além da emissão de debêntures no valor de R\$130 milhões (vide nota nº 18), e um aumento de capital por subscrição particular de ações de R\$20 milhões realizados pela CFLCL. O pagamento das dívidas bancárias de curto prazo em torno de R\$490 milhões, que foram renegociadas, se dará em até 54 meses, a partir de janeiro de 2004, sendo a média de amortização de 45 meses. Sobre 57% do montante renegociado, incidirá o custo de TJLP + 7% a.a. e, sobre o 43% restantes o custo médio de CDI + 6% a.a. Os passivos fiscais e com fornecedores, no valor aproximado de R\$215 milhões, tiveram seus vencimentos alongados por até 120 meses, com prazo médio de 95 meses. Desse total, 47% serão atualizados pelo IPCA, 14% pela TJLP, ambos sem juros, e os 39% restantes atualizados pelo IGP-M + 12% a.a..

A administração entende que a reestruturação de dívidas e a alienação dos ativos deverá restabelecer a liquidez de curto prazo necessária às operações da CFLCL e suas controladas, reduzindo, substancialmente, as necessidades de refinanciamentos nos próximos exercícios.

2 Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis adotadas no Brasil, normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e legislação específica aplicável às concessionárias de Serviços Públicos de Energia Elétrica, estabelecidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, preponderantemente o "Manual de Contabilidade de Serviço Público de Energia Elétrica", de aplicação compulsória a partir de 1º de janeiro de 2002.

3 Sumário das principais práticas contábeis

- a. As aplicações no mercado aberto estão representadas por aplicações em fundos de curto prazo e certificados de depósitos bancários que estão registrados pelo valor atualizado na data do balanço;
- b. Consumidores e concessionárias engloba o fornecimento de energia faturada e não faturada por estimativa, até o encerramento do balanço, reconhecidas pelo regime de competência;
- c. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída em bases consideradas suficientes para fazer face a eventuais perdas na realização dos créditos e levando em conta as instruções da ANEEL;
- d. Os estoques estão valorizados ao custo médio de aquisição, que não excede seu valor de mercado;
- e. Os investimentos em controladas foram contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, tomando-se por base os patrimônios líquidos dessas empresas em 31 de dezembro de 2003 e 2002. Os

demais investimentos estão contabilizados ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

Os ágios pagos nas aquisições dos controles acionários das controladas CENF, CELB, Energipe e Saelpa estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções dos resultados dessas concessionárias, ou seja, CENF em 20 anos, a partir de julho de 1997; CELB em 30 anos, a partir de janeiro de 2000; Energipe em 30 anos, a partir de dezembro de 1997 e Saelpa, em 30 anos, a partir de dezembro de 2000. Em 31 de dezembro de 2003, os saldos a amortizar são: CENF R\$34.590, CELB R\$81.400, Energipe R\$9.724 e Saelpa R\$303.614, todos classificados no diferido para fins de apresentação no consolidado;

- f. O imobilizado está demonstrado ao custo, corrigido monetariamente até 31 de dezembro de 1995. As adições, a partir desta data, estão contabilizadas ao custo. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base no prazo de vida útil estimado dos bens, conforme descrito à nota 13, e são debitadas ao resultado do exercício ou ao custo das imobilizações em curso.

O ágio incorporado na controlada Energipe encontra-se registrado no imobilizado consolidado e está sendo amortizado pelo prazo de concessão de distribuição de energia elétrica, tomando-se por base as projeções de resultado da Energipe nos próximos 30 anos, a partir de abril de 1998. Em 31 de dezembro de 2003, o saldo a amortizar deste ágio monta em R\$ 473.047 (R\$485.871 em 2002);

- g. Os juros, demais encargos financeiros e efeitos inflacionários, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso foram capitalizados e estão registrados neste subgrupo como custo. A controladora e suas controladas optaram por não mais capitalizar os juros sobre os investimentos em imobilizado em curso financiados com recursos próprios a partir de 1999;
- h. O diferido está representado pelo custo de aquisição de software de manutenção de sistema corporativo. A amortização está sendo realizada pelo prazo de 5 anos.
- i. Os empréstimos e financiamentos estão atualizados pelas taxas contratuais na data de encerramento dos exercícios;
- j. O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido de 10%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos foram constituídos em conformidade com a Instrução CVM nº 371/02. As sociedades que não se enquadraram nas regras da referida Instrução, mantiveram os créditos tributários diferidos que foram registrados até 30 de junho de 2002 e a sua realização ocorrerá em conformidade com as regras da Deliberação CVM nº 273/97.
- k. As contingências passivas estão provisionadas por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;
- l. As receitas e despesas são reconhecidas no resultado do exercício pelo regime de competência;
- m. Os custos associados aos planos de complementação de aposentadoria e pensão são reconhecidos pelo regime de competência, conforme Deliberação CVM nº 371/00;
- n. Os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço;
- o. A preparação de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da compra e venda de energia elétrica no Mercado Atacadista de Energia - MAE, Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, Provisão para Contingências e Planos de Aposentadoria e Pensões.

4 Demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as seguintes participações societárias:

Controladas	Participação societária em 2003 e 2002
Energisa S.A. ("Energisa") (*)	50,07
Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo ("CENF")	59,47
Multipar S.A.	99,96
Multiagro Ltda.	66,67
Teleserv S.A.	99,10
Telecabo S.A.	97,59
MCL Cabo S.A.	95,54
Cat-Leo Energia S.A.(**)	99,99

(*) Controladora da Energipe (99,62% do capital votante e 99,64% do capital total). A Energipe é controladora da CELB (99,13% do capital votante e 88,85% do capital total) e da Ppart SE1 S.A (50,10% do capital votante e total) que detém o controle da Saelpa (97,55% do capital votante e 82,83% do capital total).

(**) Controladora em conjunto da Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A - UTEJF (50% do capital votante e total)

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas com base nas demonstrações financeiras das empresas controladas em 31 de dezembro de 2003 e 2002, de acordo com os critérios técnicos de consolidação previstos na Instrução CVM n.º 247/96.

A reconciliação entre o resultado do exercício e o patrimônio líquido da controladora e consolidado como segue:

	2003		2002	
	Resultado do exercício	Patrimônio líquido	Resultado do exercício	Patrimônio líquido
Controladora	15.328	344.038	(76.772)	325.433
Lucro não realizado nas transações com controladas(principalmente venda de participações acionárias)	-	(35.498)	-	(37.116)
Realização de lucros	1.618	-	3.794	-
Consolidado	16.946	308.540	(72.978)	288.317
	=====	=====	=====	=====

5 Consumidores e concessionárias

a) Controladora

Classes de consumo	Saldo Vincendos	Vencidos Até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos De 91 a 180 dias	Vencidos De 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	Total	
							2003	2002
Residencial	5.250	2.580	245	127	5	-	8.207	6.613
Industrial	5.171	1.390	1.191	58	45	1.141	8.996	6.870
Comércio, serviços e outras atividades	2.641	1.089	236	146	104	135	4.351	2.969
Rural	1.301	484	111	38	1	-	1.935	1.424
Poder público:								
Federal	12	4	6	5	8	-	35	23
Estadual	126	46	68	48	77	-	365	244
Municipal	463	168	250	176	283	-	1.340	897
Iluminação pública	381	36	105	219	218	1.089	2.048	2.080
Serviço público	653	108	127	154	41	128	1.211	898
Outros	4.741	-	-	-	-	-	4.741	4.214
Subtotal – consumidores	20.739	5.905	2.338	971	782	2.493	33.229	26.232
Concessionárias (*)	-	-	-	-	-	-	15.074	47.021
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	-	-	6.847	5.882
Total	20.739	5.905	2.338	971	782	2.493	55.150	79.135
Parcela curto prazo							38.420	67.554
Parcela longo prazo							16.730	11.581

b) Consolidado

Classes de consumo	Saldo Vincendos	Vencidos Até 30 dias	Vencidos de 31 a 90 dias	Vencidos De 91 a 180 dias	Vencidos De 181 a 360 dias	Vencidos há mais de 360 dias	Total	
							2003	2002
Residencial	21.371	14.153	4.572	2.052	35	109	42.292	52.578
Industrial	26.420	4.018	2.534	557	850	12.903	47.282	36.085
Comércio, serviços e outras atividades	12.374	6.771	2.863	1.379	783	2.535	26.705	25.441
Rural	3.410	1.641	1.245	871	1.639	7.869	16.675	13.918
Poder público:								
Federal	1.413	1.166	849	623	683	1.751	6.485	7.167
Estadual	1.830	1.500	1.281	1.021	1.041	2.336	9.009	10.436
Municipal	2.250	1.594	1.173	914	983	1.578	8.492	8.578
Iluminação pública	4.330	2.409	3.251	2.823	3.149	13.489	29.451	44.561
Serviço público	4.559	252	208	204	391	727	6.341	5.986
Outros	22.676	-	-	-	-	-	22.676	12.780
Subtotal – consumidores	100.633	33.504	17.976	10.444	9.554	43.297	215.408	217.530
Concessionárias (*)							38.393	112.209
Fornecimento não faturado							40.227	32.745
Total	100.633	33.504	17.976	10.444	9.554	43.297	294.028	362.484
Parcela curto prazo							258.195	343.130
Parcela longo prazo							35.833	19.354

(*) Inclui energia vendida no Mercado Atacadista de Energia – MAE

A Companhia constituiu provisão para devedores duvidosos dos saldos vencidos de longa data, dentro dos critérios técnicos estabelecidos pela ANEEL.

O saldo da conta de consumidores e concessionárias em 31 de dezembro de 2003, inclui o registro dos valores referentes à comercialização de energia no âmbito do Mercado Atacadista de Energia – MAE no montante de R\$15.023 e R\$26.126 controladora e consolidado, respectivamente, relativos ao período de setembro de 2000 a dezembro de 2003, deduzido das liquidações parciais ocorridas até 31 de dezembro de 2003. Esses saldos foram apurados com base em cálculos preparados e divulgados pelo MAE juntamente com estimativas internas elaboradas pela Administração. A composição financeira desses valores, incluindo os saldos registrados no passivo circulante de R\$64 e de R\$1.415 controladora e consolidado, respectivamente, referentes as aquisições de energia no MAE e aos encargos de serviços do sistema, está demonstrado a seguir:

Composição dos créditos do MAE	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Saldos vencer	-	-	853	-
Créditos vinculados a liminares até dezembro de 2002	9.280	8.341	18.302	16.457
Créditos renegociados	4.197	-	5.080	-
Parcela em negociação	1.610	38.591	3.306	97.589
	15.087	46.932	27.541	114.046
(-) Aquisições de energia no MAE	(13)	-	(1.344)	(7.796)
(-) Encargos de serviços do sistema	(51)	(1.223)	(71)	(1.811)
	15.023	45.709	26.126	104.439

As transações ocorridas a partir de julho/2003, estão sendo liquidadas no último dia útil do mês posterior ao fechamento do mês.

Os valores da energia no curto prazo que encontram-se vinculados a liminares, podem estar sujeitos a modificação dependendo de decisão dos processos judiciais em andamento, movidos por determinadas empresas do setor, relativos a interpretação das regras do mercado em vigor. Essas empresas, não incluídas na área do racionamento, obtiveram liminar que torna sem efeito o Despacho nº. 288 da ANEEL, de 16 de maio de 2002, que objetivou o esclarecimento às empresas do setor sobre o tratamento e a forma de aplicação de determinadas regras de contabilização do MAE, incluídas no Acordo Geral do Setor Elétrico. O pleito dessas empresas envolve a comercialização da cota-parte de Itaipu no submercado Sudeste/Centro-Oeste durante o período de racionamento de 2001 a 2002, quando havia discrepância significativa de preços na energia de curto prazo entre os submercados.

6. Recomposição tarifária extraordinária

Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, e na Resolução nº 91, da Câmara de Gestão da Crise de Energia Elétrica - GCE, de 21 de dezembro de 2001, e na Resolução nº 31, da ANEEL de 24 de janeiro de 2002 foi instituída a recomposição tarifária extraordinária que está sendo efetivada por meio da aplicação de reajustes às tarifas de energia elétrica vigentes a partir de 31 de dezembro de 2001, assim reconhecidas pela ANEEL:

- a) 2,9% para os clientes residenciais e rurais (exceto baixa renda);
- b) 7,9% para os demais clientes.

A referida recomposição visa o equilíbrio econômico-financeiro do contrato de concessão e foi implementada para suprir as perdas observadas em decorrência do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, durante o período compreendido entre 01 de junho de 2001 e 28 de fevereiro de 2002 a saber:

- a) Redução do consumo de energia elétrica do programa de racionamento no período;
- b) Conta de Compensação de Variação de Itens da Parcela A; e

c) Energia Livre – energia contratada pelos geradores para atender o período do Programa Emergencial. Conforme Resolução ANEEL nº 36 de 29 de janeiro de 2003, alterada pela Resolução ANEEL nº 89 de 25 de fevereiro de 2003. Esses valores começaram a ser repassados aos geradores desde de março de 2003.

Através das Resoluções nº 480, 481, 482 e 483 de agosto de 2002 e a Resolução nº 01 de 12 de janeiro de 2004 da ANEEL, os valores homologados relativos à recomposição tarifária extraordinária e energia livre estão demonstrados a seguir:

Descrição	Controladora			Consolidado			
	Energia livre	Parcela A	Total	Recomposição tarifária	Energia livre	Parcela A	Total
Saldos em 31/12/2002	5.854	6.209	12.063	83.350	62.109	16.655	162.114
Ajuste Resolução ANEEL nº 01/2004	993	-	993	-	8.222	-	8.222
Amortização	(7.318)	(2.697)	(10.015)	(22.996)	(23.970)	(2.697)	(49.663)
Atualização monetária	471	1.631	2.102	19.245	9.590	4.162	32.997
Saldos em 31/12/2003	-	5.143	5.143	79.599	55.951	18.120	153.670
Parcela de curto prazo	-	5.143	5.143	26.786	17.858	5.143	49.787
Parcela de longo prazo	-	-	-	52.813	38.093	12.977	103.883

A Resolução ANEEL nº 484 de 29 de agosto de 2002, alterada pela Resolução ANEEL nº 01 de 12 de janeiro de 2004, estabeleceu a vigência do reajuste tarifário extraordinário – RTE nas tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição de energia elétrica, pelos seguintes prazos máximos, a partir de janeiro de 2001: CFLCL (25 meses); CENF (64 meses); Energipe (49 meses); CELB (81 meses) e Saelpa (71 meses).

A Resolução ANEEL nº 01 de 12 de janeiro de 2004, além de rever os prazos de vigências da RTE, homologou o montante da “Parcela A” e determinou que a recuperação dos valores se dará pelo mesmo mecanismo equivalente à aqueles adotados para Recomposição Tarifária e Energia Livre.. A administração das Companhias baseada em projeções internas espera realizar todos os créditos dentro dos prazos definidos por essa Resolução.

O BNDES aprovou linha de crédito para financiamento dos valores de recuperação das perdas decorrentes do Programa de Racionamento. O montante liberado até 31 de dezembro de 2003 é de R\$9.123 na controladora e de R\$108.976 no consolidado.

7. Consumidores de baixa renda

A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80kWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos.

Em decorrência de nova classificação, a CFLCL e suas controladas procederam ao levantamento das perdas de receita, tendo sido apurado até 31 de dezembro de 2003, o montante de R\$12.799 (R\$4.599 em 2002) na controladora e R\$93.048 (R\$34.211 em 2002) no consolidado, tendo a Eletrobrás já ressarcido as Companhias R\$11.109 e R\$81.910 controladora e consolidado, respectivamente, classificados na rubrica “Devedores diversos” no ativo circulante. Esta receita será custeada com recursos financeiros oriundos do adicional de dividendos devidos à União pela ELETROBRÁS, associado às receitas adicionais auferidas pelas concessionárias geradoras, sob controle federal e na insuficiência dos referidos dividendos da Eletrobrás, com recursos da RGR – Reserva Global de Reversão. Simultaneamente, a Companhia e suas controladas constituíram uma provisão no passivo circulante na conta “Outras contas a pagar” no montante de R\$9.325 (R\$4.646 em 2002) na controladora e R\$76.621 (R\$38.523 em 2002) no consolidado, dos quais R\$7.738 (controladora) e R\$55.755 (consolidado) foram restituídos aos consumidores até 31 de dezembro

de 2003.

8. Títulos de créditos a receber

Correspondem às contas de energia elétrica em atraso, renegociadas com os consumidores através de Termos de Confissão de Dívida. Em 31 de dezembro de 2003, estes créditos montam em R\$5.374 (R\$9.856 em dezembro de 2002) na controladora, R\$61.763 (R\$90.090 em dezembro de 2002) no consolidado, classificados no circulante e R\$6.229 (R\$6.365 em dezembro de 2002) na controladora e R\$35.532 (R\$16.479 em dezembro de 2002) no consolidado, classificados no realizável a longo prazo. Do montante dos Títulos de Créditos a Receber, R\$16.632 no consolidado, encontram-se vencidos para os quais a CFLCL e as controladas Energipe, CELB e Saelpa constituíram Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa.

9. Créditos renegociados - consolidado

Credora	Devedora	Crédito em 2003	Parcelas Mensais a Receber	Índice de Atualização Anual	Crédito em 2002
Saelpa	Cia. de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA	19.853	115	IPCA	12.415
Saelpa	Governo do Estado da Paraíba	<u>51.205</u>	115	IPCA	<u>40.915</u>
Total		<u>71.058</u>			<u>53.330</u>
Parcela de curto prazo		7.810			32.692
Parcela de longo prazo		63.248			20.638

Os créditos, renegociados pela controlada Saelpa, referem-se a consumo de energia elétrica até junho de 2000, renegociados em agosto de 2003, com novas cláusulas e condições contratuais. O crédito junto à Companhia de Água e Esgotos da Paraíba – CAGEPA tem como garantia a própria receita da CAGEPA.

10. Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Imposto Sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	3.048	2.726	32.911	27.540
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	497	4.462	5.544	12.082
Imposto de Renda – IRPJ	4.696	4.862	18.906	14.377
Contribuição Social Sobre o Lucro – CSSL	-	2.482	3.004	6.908
Outros	<u>1.206</u>	<u>635</u>	<u>6.595</u>	<u>6.162</u>
	9.447	15.167	66.960	67.069
Parcela de Curto Prazo	8.519	13.883	53.958	51.788
Parcela de Longo Prazo	928	1.284	13.002	15.281

11. Créditos tributários

Representam créditos tributários oriundos de prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social. Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
<u>Imposto na demonstração do resultado</u>				
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	16.496	(94.648)	81.274	(86.020)
Receita (despesa) de imposto de renda e da contribuição social calculados à alíquota efetiva	(5.608)	32.180	(27.633)	29.247
Ajustes:				
Itens permanentes	10.738	(11.471)	296	(827)
Créditos fiscais não constituídos em função da CVM 371	(4.905)	(1.629)	(5.024)	(8.956)
Outros	(225)	-	1.423	-
Receita (despesa) de imposto de renda e contribuição social diferidos	-	19.080	(30.938)	19.464
<u>Crédito tributário reconhecido no balanço</u>				
Prejuízos fiscais	35.560	31.943	151.418	140.364
Base negativa de contribuição social	10.980	9.692	44.937	41.264
Total	46.540	41.635	196.355	181.628
Créditos fiscais não constituídos em função da CVM 371	(6.534)	(1.629)	(13.980)	(8.956)
Total	40.006	40.006	182.375	172.672

Em 01 de julho de 2002, a CVM publicou a Instrução nº 371/02, que estabelece novos critérios de avaliação e divulgação dos créditos fiscais diferidos.

Em atendimento às disposições contidas nessa Instrução, estima-se as seguintes realizações dos créditos fiscais da controladora e consolidado:

Previsão de realização	Realizações de créditos fiscais	
	Controladora	Consolidado
2004	-	16.600
2005	200	21.600
2006	2.500	27.500
2007	4.500	34.600
2008	7.000	38.200
2009	9.000	27.069
2010	11.200	11.200
2011	5.606	5.606
Total contabilizados	40.006	182.375

A controlada em conjunto Usina Termelétrica de Juiz de Fora S.A.- UTEJF reconheceu ao longo do exercício de 2002 o crédito de imposto de renda e contribuição social, totalizando R\$9.436, correspondente a participação da Companhia nessa controlada. Os prejuízos da controlada em conjunto, devem-se substancialmente ao fato de que cerca de 50% da capacidade instalada não ter sido contratada. A partir do exercício de 2003 a UTEJF, já tem contratada a totalidade de sua produção, o que, segundo estudos e projeções da administração, viabilizará a realização dos créditos fiscais constituídos. Em 31 de dezembro de 2003, a controlada em conjunto apurou lucro tributável, compensando R\$2.070 do crédito tributário registrado no ano anterior.

A CFLCL e a controlada Energipe apuraram prejuízo fiscal e base negativa e somente constituíram créditos

tributários sobre os valores apurados até 30 de junho de 2002, baseada nas normas previstas pela Deliberação CVM nº 273. A partir dessa data, por não se enquadrarem nas regras da Instrução CVM nº 371, deixaram de constituir créditos tributários da ordem de R\$6.534 e R\$13.980, na controladora e consolidado, respectivamente, os quais, segundo projeções internas, estima-se serem realizados a partir de 2011.

12 Investimentos

	Controlada		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Participações em empresas controladas/coligada	418.437	378.659	161	146
Ágio na aquisição de investimentos	34.590	34.863	-	-
Investimentos avaliados ao custo	10.162	10.410	10.464	10.806
	<u>463.189</u>	<u>423.932</u>	<u>10.625</u>	<u>10.952</u>

A seguir, informações sobre as participações em empresas controladas:

	Energisa S.A.	CENF	Multipar S.A.	Multiagro Ltda.	Teleserv S.A. (1)	Telecabo S.A.	Mcl Cabo S.A.	Cat-Leo Energia S/A (1)	Cataguazes Serv. Aéreos (2)	Centrais Hidrel. Grapon (3)	2003	2002
Capital social	755.904	21.000	3.553	5.550	1.140	300	168	25.853	120			
Quantidade de ações e quotas possuídas (mil):												
Ordinárias	18.991	57.509	3.531	-	38	9	14	58.150	8			
Preferenciais	-	-	1	-	75	20	2	-	79			
Quotas	-	-	-	3.700	-	-	-	-	-			
Participação (%)	50,07	59,47	99,96	66,67	99,10	97,59	95,54	99,99	72,80	99,99		
Lucro (prejuízo) do exercício	17.588	1.654	91	(315)	(708)	-	-	21.776	28	1.091		
Patrimônio líquido	722.431	39.821	689	905	(2.193)	264	70	31.257	221	33.835		
Resultado de equivalência patrimonial	8.806	984	91	(210)	(701)	-	-	21.776	20	1.091	31.857	(29.407)
Investimentos	361.721	23.681	689	603	-	258	67	31.257	161	-	418.437	378.659

- (1) A Companhia, constituiu provisão referente ao passivo a descoberto de suas controladas nos montantes de R\$2.193 (R\$1.492 em 2002) na Teleserv S.A e R\$3.221 em 2002 na Cat-Leo Energia, registrado em outras contas a pagar no Exigível a Longo Prazo.
- (2) Coligada – 20% do capital votante e 72,8% do capital total.
- (3) Empresa constituída com fins específicos de receber a cisão parcial da Cat-Leo Energia S/A, cujo investimento foi alienado 23/12/2003 para Empresa Brascan Energética S.A. As informações contábeis dessa empresa correspondem a data da alienação.

13 Transações com partes relacionadas

Controladora:

	2003		2002	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Companhias:				
.Saelba	-	27.740	-	11.058
.Pbpart Ltda	-	29.853	-	11.725
.Pbpart SE 2 Ltda	-	29.301	-	37.464
.Energipe	-	29.436	-	-
.Energisa S/A	-	5.234	201	-
.CENF	-	9.940	-	5.588
. UTEJF (*)	-	44.239	-	-
.Gipar S/A	-	368	-	966
.Multisetor Ltda	-	9	-	-
.Ivan M. Botelho	-	8	-	-
.Itacatu S/A	-	-	-	3.300
.Fondelec	-	1.052	-	-
. The Latin America Energy and Electricity Fund I,L.P	-	1.279	-	1.445
. Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda	-	8.715	-	31.178
	-	187.174	201	102.724
Adiantamento para futuro aumento de capital:				
. Multipar S/A	86	-	44	-
. Multiagro Ltda	1.704	-	1.358	-
. Teleserv S/A	12.749	-	12.438	-
. Telecabos S/A	2.072	-	1.911	-
. MCL Cabo S/A	470	-	448	-
. Cat-Leo Energia S/A	76.186	-	42.398	-
	93.267	-	58.597	-
Total	93.267	187.174	58.798	102.724

(*) R\$6.525 e R\$9.788 estão contabilizados na rubrica Fornecedores no passivo circulante e exigível a longo prazo, respectivamente. R\$10.868 e R\$17.058 estão contabilizados na rubrica empréstimos e financiamentos no passivo circulante e exigível a longo prazo, respectivamente.

A controlada Teleserv S.A que comercializa assinatura de TV, tendo iniciado suas atividades em maio de 2001, vem apresentando resultados negativos devido ao atual nível de operações estar abaixo daquele necessário para atingimento do ponto de equilíbrio de seus custos. A partir de 2004, a Administração da Companhia irá implementar um novo segmento de produto visando complementar a atividade principal de TV por assinatura. Baseada nas projeções de mercado, as quais incluem o sucesso esperado para este novo segmento operacional, a Administração avalia que a controlada Teleserv S.A. irá obter resultados positivos que irão recuperar o investimento de R\$12.749 registrado como adiantamento para futuro aumento de capital.

	PASSIVO CONSOLIDADO			TOTAL	
	CFLCL	UTEJF (*)	PBPART SE1 (*)	2003	2002
	. Gipar S/A	368	-	-	368
. Itacatu S/A	-	-	-	-	3.300
. Multisetor Ltda	9	-	-	9	-
. Ivan M. Botelho	8	-	-	8	-
. UTE-JF (**)	22.118	-	-	22.118	-
. Fondelec	1.052	-	-	1.052	-
. The Latin America Energy and Electricity Fund I,L.P	1.279	-	-	1.279	1.445
. Alliant Energy Holdings do Brasil Ltda	8.715	17.471	132.688	158.874	169.395
	33.549	20.235	132.688	183.708	175.106

(*) Adiantamento para futuro aumento de capital

(**) R\$3.262 e R\$4.894 estão contabilizados na rubrica Fornecedores no passivo circulante e exigível a longo prazo, respectivamente. R\$5.434 e R\$8.528 estão contabilizados na rubrica empréstimos e financiamentos no passivo circulante e exigível a longo prazo, respectivamente.

Os mútuos são originários de transações comerciais e financeiras normais no curso das operações e estão sendo remunerados a juros compatíveis de mercado.

Os adiantamentos para futuro aumento de capital não sofrem a incidência de encargos financeiros.

Transações efetuadas:

Controladora:

	Saelpa	Cia. De Eleticidade de Nova Friburgo	Empresa Energética de Sergipe S/A	Cat-Leo Energia S/A	Usina Term. de Juiz de Fora	CELB	PBPart Ltda	PBPart SE 2	Energisa	Total	
										2003	2002
Prestação de serviços	706	6.701	679	247	95	659	-	-	-	9.087	8.139
Energia elétrica comprada	(1.855)	(179)	-	(15.097)	(13.373)	-	-	-	-	(30.504)	(24.610)
Aluguel de equipamentos	23	48	-	18	-	78	-	-	-	167	111
Receitas (despesas) financeiras	(7.712)	(2.923)	(7.563)	-	(2.191)	-	(2.214)	(8.677)	319	(30.961)	(8.691)
Venda de software	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	93
Custo e uso de conexão	-	245	-	441	605	-	-	-	-	1.291	954

Consolidado:

				Total	
	Gipar S/A	Itacatu S/A	Alliant Ltda	2003	2002
Despesas financeiras	2.364	404	7.656	10.424	5.072

A CFLCL prestou serviços a suas controladas, referentes às áreas administrativas e de apoio, bem como venda de softwares de seu sistema integrado corporativo de planejamento e gestão de recursos. Essas operações foram realizadas em condições usualmente praticadas no mercado.

As referidas operações estão suportadas por contratos de abertura de crédito e foram submetidos ao conhecimento e à aprovação da ANEEL.

14. Imobilizado

	Taxas Anuais médias da depreciação (%)	Controladora		Consolidado	
		2003	2002	2003	2002
Em serviço:					
Produção -					
Geração hidráulica	2,68	66.563	63.767	146.417	90.151
Geração termelétrica	5,0	-	-	57.140	56.067
Sistema de transmissão de conexão	2,63	13.925	11.747	22.050	15.729
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações	4,57	253.083	235.216	978.968	913.096
Comercialização	4,05	3.815	3.987	15.966	17.194
Administração	9,75	27.001	24.094	88.136	81.005
		364.387	338.811	1.308.677	1.173.242
Depreciação acumulada:					
Produção -					
Geração hidráulica		(10.312)	(8.848)	(13.798)	(11.210)
Geração termelétrica		-	-	(5.603)	(2.894)
Sistema de transmissão de conexão		(1.592)	(1.273)	(1.867)	(1.393)
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações		(97.083)	(87.298)	(366.971)	(329.830)
Comercialização		(768)	(624)	(3.613)	(5.362)
Administração		(11.860)	(9.566)	(32.622)	(24.975)
		(121.615)	(107.609)	(424.474)	(375.664)
Em curso:					
Produção -					
Geração hidráulica		4.701	5.200	92.718	119.085
Geração termelétrica		-	-	1.102	372
Geração outras		-	-	323	-
Sistema de transmissão de conexão		20	192	2.702	6.331
Distribuição -					
Linhas, redes e subestações		6.060	9.749	49.211	50.339
Comercialização		88	529	280	805
Administração		817	1.059	4.572	6.584
		11.686	16.729	150.908	183.516
Subtotal		254.458	247.931	1.035.111	981.094
Ágio de empresa incorporada		-	-	538.012	538.012
Amortização acumulada		-	-	(64.965)	(52.141)
Subtotal		-	-	473.047	485.871
Contribuições do consumidores		(76.869)	(72.916)	(142.157)	(131.210)
Reserva para reversão		(1.409)	(1.409)	(1.723)	(1.711)
Obrigações vinculadas à concessão		(78.278)	(74.325)	(143.880)	(132.921)
Total		176.180	173.606	1.364.278	1.334.044

Os bens e instalações utilizados na produção, transmissão, distribuição, inclusive comercialização, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada até a definitiva aplicação na concessão.

As contribuições dos consumidores representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica em áreas não incluídas nos projetos de expansão das concessionárias de energia elétrica.

A reserva para reversão, constituída até 31 de dezembro de 1971, representa o montante de recursos provenientes do fundo de reversão, os quais foram aplicados em projetos de expansão da CFLCL e da controlada Energipe, incidindo juros de 5 % a.a. pagos mensalmente.

15 Diferido

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Ágio na aquisição de investimentos	-	-	429.328	432.026
Custo de aquisição de softwares	1.739	1.335	6.202	3.959
Amortização acumulada	(486)	(231)	(1.060)	(487)
Total	1.253	1.104	434.470	435.498

16. Ágios em investidas

Os ágios pagos nas aquisições das controladas CENF, Energipe, Saelpa e Celb, estão sendo amortizados pelo prazo de concessão de uma curva de lucratividade projetada para essas controladas. Em 31 de dezembro de 2003, a previsão de amortização de tais ágios é como segue:

Período de amortização	Controladora	Consolidado
2003 a 2004	894	15.056
2005 a 2006	2.606	44.302
2007 a 2008	3.637	59.594
2009 a 2010	5.000	67.640
2011 a 2012	6.309	80.290
2013 em diante	16.144	635.493
Total	34.590	902.375
Classificado como :		
Investimento	34.590	-
Imobilizado	-	473.047
Diferido	-	429.328

17 Empréstimos e financiamentos

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Em moeda nacional, com juros de até 7% a.a. e atualização monetária com base na variação da TJLP (Finame, Banese e BNDES) (*)	42.869	51.630	517.852	462.114
Em moeda nacional, com juros de 1% a.a. e atualização monetária com base na variação da Taxa Selic (BNDES)	2.038	2.701	74.999	82.996
Em moeda nacional, com juros de até 8% a.a. e variação da Finel, RGR (Eletrobrás)	13.951	15.395	24.664	41.495
Em moeda nacional, com juros de até 10% a.a. e atualização monetária com base na variação do IGP-DI (Inergus)	-	-	15.794	15.439
Em moeda nacional, com juros de 1% a.m. e atualização monetária com base na variação da TR (Funasa)	-	-	6.155	5.763
Em moeda nacional, com juros de 1,7% a 16,77% a.a. acima do CDI (Bancos: Mercantil, Rural, Unibanco, BNL, Schahin, ABC Brasil, Itaú, HSBC, BBA Creditanstalt, BBM, Brascan, Bic Banco, Bradesco, BVA, Santos, Sofisa e Industrial)	64.515	110.316	210.832	263.274
Em moeda nacional, c/juros de 4,5% a.a., e atualização monetária com base na variação da UMBND (BNDES)	-	-	63.885	57.423
Em moeda nacional, c/juros de 0,75% a.m. e atualização monetária com base na variação da taxa TBF (Banese)	-	-	4.402	6.413
Em moeda nacional, com juros de até 5% a.a. e atualização monetária acima Taxa Selic (Banco BNL)	3.208	-	3.208	-
Em moeda nacional, com juros de até 4,5% a.a. e atualização monetária com base na variação do CDI (BNDES)	-	-	-	49.036
Total moeda nacional	126.581	180.042	921.791	983.953
Em moeda estrangeira (US\$), com juros de 7,255% a.a. mais variação cambial (Unibanco e Banco Real)	-	-	10.836	16.195
Total	126.581	180.042	932.627	1.000.148
Parcela de curto prazo	48.649	123.455	258.177	488.489
Parcela de longo prazo	77.932	56.587	674.450	511.659

(*) No consolidado, inclui o financiamento obtido pela Pupart Ltda. junto ao BNDES, no montante de R\$52.628 (R\$44.363 em 2002), para a aquisição do controle acionário da CELB, o financiamento obtido pela Pupart SE 2 Ltda., no montante de R\$12.538 (R\$20.419 em 2002), para aquisição do controle acionário da SAELPA, e o financiamento da Energipe, no montante de R\$313.419 (R\$263.216 em 2002). Estes financiamentos estão garantidos pelas cauções das próprias ações adquiridas e a totalidade das ações ordinárias e preferenciais da Companhia de Eletricidade de Nova Friburgo (CENF) de propriedade da CFLCL.

Adicionalmente os contratos firmados pela Pupart Ltda, Energipe, Cat-Leo Energia S/A e UTE-JF junto ao BNDES, possuem cláusulas restritivas que, em geral, sugerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. O descumprimento desses índices podem implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2003 as exigências contratuais estão plenamente cumpridas.

Os financiamentos obtidos junto as demais instituições financeiras estão garantidos por vinculação de parcelas das receitas da Companhia e de suas controladas, em igual montante ao saldo dos respectivos financiamentos.

Os financiamentos obtidos junto ao Finame estão garantidos pelos próprios equipamentos financiados.

A controladora e as controladas Cat-leo Energia S/A e UTE-JF, possuem financiamentos junto ao BNDES que estão garantidos por vinculação da receita própria, pelos próprios bens financiados, fiança concedida pela Energisa S/A (parte relacionada), e caução das ações das controladas Cat-Leo Energia S/A e UTE-JF.

Os contratos da Cat-Leo Energia S/A e UTE-JF, também prevêem a manutenção de recursos mínimos em conta de aplicação financeira vinculada ao pagamento dos encargos de juros. Em 31 de dezembro de 2003, o saldo vinculado ao pagamento de juros do BNDES registrado na rubrica "Aplicações no mercado aberto" no ativo circulante era de R\$15.318 no consolidado.

Os financiamentos de longo prazo têm seus vencimentos assim programados:

	2003	
	Controladora	Consolidado
2005	37.235	263.948
2006	22.931	159.978
2007	9.823	123.364
2008	686	21.924
2009	686	17.339
Após 2010	6.571	87.897
	77.932	674.450

18 Debêntures

Principais características das debêntures:

Série	3ª emissão		4ª emissão		6ª emissão	
	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série	1ª série	2ª série
Tipo de emissão	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública	Pública
Data de emissão	01/08/1997	01/08/1997	08/12/1997	08/12/1997	15/07/2003	15/07/2003
Data de vencimento	01/02/2005	01/02/2006	08/12/2007	08/12/2007	06/06/2006	15/01/2008
Garantia	Flutuante	Flutuante	Real	Real		
Rendimentos	TJLP +4% AA.	TJLP +4% AA.	TJLP + 5,5% AA.	TJLP + 2,5% AA.	CDI + 4,5% AA	CDI + 4,5% AA
Quantidade de títulos	3.000	2.500	663.609	1.067.696	110	20
Valor na data de emissão	30.000	25.000	33.180	53.385	1.000	1.000
Títulos em circulação	3.000	2.500	663.609	1.067.696	81	19
Títulos em tesouraria	-	-	-	-	29	1
Amortizações/parcelas			5 anuais, correspondendo, a cada uma, 30 mensais			48 mensais
	14 semestrais	14 semestrais				
Saldos em 31/12/2003	14.219	18.063	35.618	57.205	90.324	21.188
. Parcela de curto prazo	9.226	6.681	7.321	11.679	36.129	5.298
. Parcela de longo prazo	4.993	11.382	28.297	45.526	54.195	15.890

Em 24 de outubro de 2003, a Companhia publicou anúncio de encerramento da 6ª Emissão Pública de Debêntures Simples, onde foram subscritas e integralizadas 130 (cento e trinta) debêntures simples (não conversíveis em ações), em duas séries, da espécie com garantia flutuante, escriturais e nominativas, com valor nominal unitário de R\$1.000 em 15 de julho de 2003 (data de emissão).

As debêntures da 1ª série têm data de emissão e vencimento, respectivamente em 15/07/2003 e 01/06/2006 e as da 2ª série em 15/07/2003 e 15/01/2008 e farão jus a juros remuneratórios baseados na Taxa DI, base de 252 dias úteis, mais um spread de 4,5% ao ano. Não haverá amortização de principal e juros durante os 6 (seis) primeiros meses contados da data de emissão, e a liquidação se dará em 30 e 48 meses respectivamente a partir de janeiro de 2004.

A emissão foi autorizada pelas Assembléias Gerais Extraordinárias de Acionistas realizadas em 15 de maio e 06 de agosto de 2003 e pelas Reuniões de Conselho de Administração da Companhia realizadas em 15 de maio, 10 de julho e 12 de agosto de 2003, que deliberaram as características desta emissão e das respectivas debêntures.

A emissão foi previamente submetida à CVM e registrada sob o nº CVM/SER/DEB – 2003/013 em 29/08/2003.

Além disto, apresentam cláusulas restritivas que, em geral, sugerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis e de manutenção de indicadores financeiros mínimos. O descumprimento desses índices podem implicar em vencimento antecipado das dívidas. Em 31 de dezembro de 2003 as exigências contratuais estão plenamente cumpridas

19 Parcelamento de impostos

Em 31 de julho de 2003, a CFLCL e suas controladas CENF, Energipe, Cat-Leo, CELB e Saelpa aderiram ao Parcelamento Especial – PAES, instituído pela Lei 10.684 de 30 de maio de 2003, que possibilitou o parcelamento de débitos vencidos até 28 de fevereiro de 2003, junto a Secretaria da Receita Federal, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional e ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS em até 180 parcelas. A CFLCL e suas controladas Energipe, CELB e Saelpa e UTEJF, também parcelaram seus débitos fiscais de ICMS junto aos Governos Estaduais. Em 31 de dezembro de 2003, esses débitos totalizam R\$22.569 na controladora e R\$184.495 no consolidado e estão registrados nas rubricas "Tributos e contribuições sociais" no Passivo Circulante e "Impostos a Recolher" no Exigível a Longo Prazo, cuja liquidação está assim programada:

	<u>Controladora</u>	<u>Consolidado</u>
Ano		
2004	10.599	30.749
2005	4.954	24.339
2006	1.669	21.027
Após 2006	5.347	108.380
Total	<u>22.569</u>	<u>184.495</u>
Parcela de curto prazo	10.599	30.749
Parcela de longo prazo	11.970	153.746

20 Capital social - controladora

O capital social, subscrito e integralizado está representado por 51.218.232.398 (48.662.898.398 em dezembro de 2002) ações ordinárias, 82.392.170.239 (78.280.837.239 em dezembro de 2002) ações preferenciais classe "A" e 253.492.770 (253.492.770 em dezembro de 2002) ações preferenciais classe "B", sem valor nominal. As ações preferenciais classe "A" não possuem direito de voto e têm prioridade no reembolso do capital no caso de liquidação da Companhia e na distribuição de dividendos mínimos, de 10% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações. As ações preferenciais classe "B" não possuem direito de voto e têm prioridade na distribuição de dividendos fixos, de 6% a.a. sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações.

O Conselho de Administração da Companhia, em reunião de 29 de abril de 2003, autorizou a subscrição particular de 6.666.667.000 ações, sendo 2.555.334.000 em ações ordinárias e 4.111.333.000 em ações preferenciais a R\$3,00 o lote de mil ações. O Conselho de Administração em reunião de 04 de junho de 2003, homologou o aumento de capital da Companhia em mais R\$20.000, passando o capital social a totalizar R\$354.335, dividido em 51.218.232.398 ações ordinárias, 82.392.170.239 ações preferenciais classe "A" e 253.492.770, sem valor nominal.

Em 9 de dezembro de 2003, reunidos em Assembléia Geral Extraordinária ("AGE") acionistas da Companhia aprovaram, por maioria, as seguintes deliberações: 1) a absorção de prejuízos acumulados pelo capital social no montante de R\$74.358, com base em balanço especial levantado em 30 de setembro de 2003, sem modificação do número de ações em que se divide o capital social; 2) a conferência às ações preferenciais, independentes da classe, o direito de dividendos cumulativos nos exercícios sociais de 2003 e 2004; e 3) a possibilidade de pagamentos de tais dividendos cumulativos, no exercício em que o lucro for insuficiente, à conta de reservas de capital.

Os acionistas minoritários FondElec Essential Services Growth Fund L.P. e The Latin America Energy and Electricity Fund I, L.P, ambos geridos pelo FondElec Capital Advisors e Alliant Energy Holdings do Brasil, todos signatários de "Acordo de Acionistas" arquivados nesta Companhia, promoveram várias ações e impetraram diversos recursos judiciais visando a suspensão dos efeitos da referida AGE. A Companhia e a controladora Gipar S/A nos autos dos processos interpuseram agravos regimentais e de instrumento para restabelecer os efeitos da referida AGE. Os referidos recursos foram julgados procedentes pela 18ª Câmara Cível do Colendo Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, achando-se restabelecida, de forma integral, a eficácia das deliberações da Assembléia Geral Extraordinária de 09 de dezembro de 2003. Caso decisão final nos processos venha a negar eficácia à deliberação da Assembléia Geral, os registros contábeis relativos à redução de capital dela decorrentes deverão ser revertidos.

Desta forma, o capital social passou a ser de R\$279.977, dividido em 51.218.232.398 ações ordinárias, 82.392.170.239 ações preferenciais classe "A" e 253.492.770, sem valor nominal.

O Conselho de Administração, em reunião de 25 de maio de 2000, autorizou a aquisição, para permanência em tesouraria e, posterior alienação, de até 200.000.000 ações ordinárias, 2.700.000.000 ações preferenciais classe "A" e 25.000.000 ações preferenciais classe "B" de emissão da Companhia. Até 31 de dezembro de 2003, foram adquiridas 16.554.955 ações ordinárias e 2.608.274.448 ações preferenciais classe "A", que se encontram registradas na rubrica "ações em tesouraria", classificadas no patrimônio líquido pelo valor de R\$5.244.

O estatuto determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido ajustado do exercício.

21 Dividendos

O Conselho de Administração, na data de 29 de março de 2004, irá deliberar, na forma do artigo 13 do estatuto social da Companhia e do artigo 204 e seus §§ 1º e 2º, da Lei nº 6.404/76, o pagamento de dividendos intercalares no valor R\$16.723, com recursos provenientes do resultado do exercício e dos lucros acumulados existentes no balanço patrimonial referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2003, correspondentes a R\$0,2092 por lote de mil ações preferenciais classe "A" e de R\$0,1255 por lote de mil ações preferenciais classe "B", a serem imputados no dividendo prioritário do exercício do ano de 2003. Ressalta-se que 68,33% do montante a ser distribuído ficará registrado no exigível a longo prazo, sob a rubrica "controladores, controladas e partes relacionadas" em face da sua subordinação à escritura da 6ª emissão de debêntures da Companhia.

22 Fornecimento de energia elétrica

a. Controladora

	Não auditado					
	Número de consumidores		MWh		R\$	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Residencial	225.237	218.858	296.621	291.316	108.909	87.065
Industrial	3.228	3.254	315.614	322.933	60.127	49.744
Comercial	26.473	26.263	131.918	128.010	40.649	31.914
Rural	39.401	37.347	105.923	104.293	21.748	17.054
Poder público:						
Federal	42	40	301	291	238	266
Estadual	381	375	6.361	13.257	1.788	1.381
Municipal	2.362	2.336	13.397	5.838	4.175	3.096
Iluminação pública	223	211	58.712	53.466	10.465	7.929
Serviço público	473	465	31.428	30.933	6.205	4.999
Consumo próprio	140	146	2.079	1.988	-	-
Subtotal	297.960	289.295	962.354	952.325	254.304	203.448
ICMS faturado	-	-	-	-	(53.529)	(43.500)
Ajuste a Recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	-	608
Venda de energia – ajuste MAE	-	-	-	-	(1.383)	(14.495)
Suprimento de energia elétrica	-	-	12.806	120.742	108	10.539
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	(1.637)	6.696	965	1.877
Outros serviços taxados	-	-	-	-	18.207	14.711
Total	297.960	289.295	973.523	1.079.763	218.672	173.188

b. Consolidado

	Não auditado					
	Número de consumidores (*)		MWh		R\$	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Residencial	1.502.933	1.456.007	1.705.403	1.579.472	491.057	376.305
Industrial	11.485	11.983	2.122.354	2.035.776	307.795	237.261
Comercial	130.106	127.319	858.640	799.136	224.975	171.841
Rural	106.184	87.739	303.660	256.345	46.503	33.290
Poder público:						
Federal	701	667	56.487	47.556	19.581	13.793
Estadual	7.048	3.489	88.243	81.475	22.731	15.683
Municipal	12.484	15.292	85.202	66.187	16.598	11.940
Iluminação pública	1.266	1.276	338.687	324.496	49.575	38.638
Serviço público	1.640	1,569	323.748	300.836	45.753	34.976
Consumo próprio	319	348	8.510	7.217	-	-
Subtotal	1.774.166	1.705.689	5.890.934	5.498.496	1.224.568	933.727
ICMS faturado	-	-	-	-	(237.074)	(183.568)
Ajuste a Recomposição tarifária extraordinária	-	-	-	-	-	3.390
Venda de energia – estorno MAE	-	-	-	-	(1.383)	(14.495)
Suprimento de energia elétrica	3	5	585.812	1.396.923	49.972	97.224
Fornecimento não faturado (líquido)	-	-	5.537	47.770	7.429	11.271
Outros serviços taxados	-	-	-	-	35.365	20.534
Total	1.774.169	1.705.694	6.482.283	6.943.189	1.078.877	868.083

(*) Somatório de consumidores da CFLCL, Energipe, CELB, Saelpa e CENF.

23 Remuneração dos administradores

A rubrica despesas de pessoal inclui o montante de R\$2.151 (R\$1.941 em 2002), na controladora, R\$6.159 (R\$6.734 em 2002) no consolidado, referentes a remuneração dos administradores.

24 Provisões para contingências

O saldo da provisão para contingências de R\$3.103 (R\$90.010 no consolidado) leva em consideração a estimativa da administração para as perdas prováveis, juntamente com seus assessores jurídicos, e outras informações na data de preparação das demonstrações financeiras, sendo o procedimento consistente com o adotado no encerramento do exercício de 2002. Para as discussões em andamento, a Companhia possui cauções e depósitos vinculados de R\$474 (R\$39.383 no consolidado).

O saldo, por natureza, é como segue:

Contingências	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Trabalhistas	705	778	37.407	33.222
Cíveis	1.494	1.215	31.944	29.757
Fiscais	904	909	20.659	39.749
TOTAL	3.103	2.902	90.010	102.728

25 Cobertura de seguros

Os valores segurados são determinados e contratados em bases técnicas e suficientes para cobertura de eventuais perdas decorrentes de sinistros com bens do ativo permanente e estoques.

26 Instrumentos financeiros (Instrução CVM n.º 235/95)

a - Considerações gerais

A utilização de instrumentos e de operações com derivativos envolvendo indexadores tem por objetivo a proteção do resultado das operações ativas e passivas da CFLCL e suas controladas.

A administração avalia que os riscos são mínimos, pois não existe concentração de parte contrária, e as operações são realizadas com bancos de reconhecida solidez dentro de limites aprovados.

b - Valor de mercados dos instrumentos financeiros

Os valores contábeis referentes às operações com empresas do grupo constantes no balanço patrimonial, quando comparados com os valores que poderiam ser obtidos na sua negociação em um mercado ativo ou, na ausência destes com o valor presente líquido ajustado com base na taxa vigente de juros no mercado, se aproximam, substancialmente, de seus correspondentes valores de mercado.

Os valores contábeis dos empréstimos e financiamentos vinculados a projeto de eletrificação, obtidos em moeda nacional, junto a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. - Eletrobrás, estão compatíveis com o valor de tais operações, não disponíveis no mercado financeiro. A CFLCL e suas controladas não têm financiamentos em moeda estrangeira vinculados aos seus projetos de eletrificação. Os demais valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativos e passivos, encontram-se registrados nas contas patrimoniais por valores compatíveis com os praticados pelo mercado.

c - Fatores de risco

Crédito

Possibilidade da CFLCL e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionárias e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a CFLCL e suas controladas monitoram as contas a receber de consumidores, cortando o fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é mínimo devido à grande pulverização da carteira.

Moeda estrangeira

Possibilidade de perda por conta de aumento nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A CFLCL e sua controlada Energipe, visando assegurar que oscilações não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possuíam ao longo do exercício de 2002, operações de "swap" cambial no valor nominal total contratado de 48,6 milhões de dólares com encargos de Libor igual 3,94% e 4,06% a.a., acrescido de over libor de 1,25% a.a. . Referido "swap" limitava o encargo financeiro desses contratos à variação do CDI, acrescido de 2,3% a.a. (CFLCL) e 1,9% a.a. (Energipe). Durante o exercício de 2003, a Companhia e suas controladas não operaram com derivativos.

Taxa de Juros

Possibilidade de a CFLCL e suas controladas virem a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A CFLCL e suas controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer "hedge" contra este risco. Porém, a CFLCL e suas controladas monitoram continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a necessidade de substituição de suas dívidas.

27 Plano de suplementação de aposentadoria e pensões

A CFLCL e suas controladas CENF, Energipe, Saelpa e CELB são patrocinadoras de planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, na modalidade de contribuição definida (CFLCL e CENF) e de benefício definido (Energipe, Saelpa e CELB). Os planos de benefícios definidos são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

Empresa	Plano Beneficiário	Contribuição anual		% s/ folha de pagamento	Superávit (Déficit) atuarial	
		2003	2002		2003	2002
CFLCL	Cat-Leo	504	513	2,10	-	-
CENF	Cat-Leo	9	16	2,10	-	-
Energipe	Inergus	1.503	1.389	7,53	(**)(20.272)	(**)(22.874)
Saelpa	Funasa	3.672	3.865	13,80	(**)(24.355)	(**)(28.568)
CELB	(*)	123	162	3,40	730	562

(*) administrado pelo BB Previdência

(**) No consolidado, R\$8.127 (R\$5.254 em 2002), foram contabilizados no passivo circulante em "outras contas a pagar", R\$36.500 (R\$46.188 em 2002) no exigível a longo prazo.

O Superávit referente ao plano da CELB não foi registrado.

A composição dos planos de benefícios definidos em 31 de dezembro era como segue:

	Inergus		Funasa		CELB (*)	
	2003	2002	2003	2002	2003	2002
Valor presente das obrigações atuariais	(77.270)	(63.781)	(102.036)	(86.279)	(2.739)	(1.538)
Valor justo dos ativos do plano	29.892	42.137	50.671	50.845	2.598	2.100
Valor presente das obrigações em excesso ao valor justo dos ativos	(47.378)	(21.644)	(51.365)	(35.434)	(141)	562
(Ganhos) perdas não reconhecidos	27.106	(1.230)	27.010	6.866	871	-
Superávit (déficit) líquido	(20.272)	(22.874)	(24.355)	(28.568)	730	562

A movimentação dos ativos financeiros e passivos atuariais dos planos em 2003 era como segue:

Descrição	Inergus	Funasa	CELB
ATIVOS FINANCEIROS DO PLANO			
Saldo em 31 de dezembro de 2002	42.138	50.845	2.101
Contribuições da patrocinadora e participantes	4.614	5.515	233
Pagamentos de benefícios	(5.930)	(7.574)	(146)
Rentabilidade dos ativos			
. Rendimento esperado dos ativos do plano	(10.930)	1.885	-
. Ganhos (perdas) atuariais sobre os ativos do plano	-	-	410
	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2003	29.892	50.671	2.598
	=====	=====	=====
PASSIVOS ATUARIAIS			
Saldo em 31 de dezembro de 2002	63.781	86.279	1.539
Benefícios pagos no ano	(5.930)	(7.574)	(146)
Juros sobre obrigação atuarial	3.706	4.995	92
Custo do serviço corrente (com juros)	900	959	88
Ganhos nas obrigações atuariais	14.813	17.377	1.166
	-----	-----	-----
Saldos em 31 de dezembro de 2003	77.270	102.036	2.739
	=====	=====	=====

Despesa prevista para 2004:

2004	Inergus	Funasa	CELB
Rendimento esperado dos ativos	3.338	5.620	301
Juros sobre as obrigações atuariais	8.468	11.241	353
Despesa a ser reconhecida	7.006	7.618	22

Premissas atuariais:

	Energipe	Saelpa	Celb
Taxa real anual de juros	6%	6%	6%
Projeção de crescimento real de salário	0,5%	1%	2,28%
Projeção de crescimento real de benefícios	0%	0%	0%
Tábua de mortalidade geral de válidos	UP84	GAM-71	UP84
Tábua de mortalidade geral de inválidos	CSO58	IAPC	IAPB-57
Tábua de entrada em invalidez	IAPB-57	IAPB-57	Álvaro Vindas

28. Resultado não operacional

	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
Receita				
Venda de ativos:				
. Ações das Centrais Hidrelétricas Grapon S/A	79.957	-	79.957	-
. Impostos incidentes	(1.319)	-	(1.319)	-
Outros	1.468	2.613	4.482	8.761
Total	80.106	2.613	83.120	8.761
Despesa				
Custo das ações alienadas:				
. Ações das Centrais Hidrelétricas Grapon S/A	33.390	-	33.390	-
Outros	1.242	1.779	4.442	10.343
Total	34.632	1.779	37.832	10.343

Em Reunião Extraordinária do Conselho de Administração realizada em 21 de outubro de 2003, foi aprovada, por unanimidade, a alienação de duas Pequenas Centrais Hidrelétricas (Ivan Botelho I e Túlio Cordeiro de Mello) da controlada Cat-Leo Energia. Para a referida transação, foi constituída a controlada Centrais Hidrelétricas Grapon S/A mediante reestruturação societária da Cat-Leo Energia, que, cindida, transferiu as usinas Ivan Botelho I e Túlio Cordeiro de Mello para esta nova empresa.

Em 24 de dezembro de 2003, foi assinado, em caráter irrevogável e irretratável, com a Brascan Energética e Brascan Natural Ressources S/A (em conjunto denominadas "Brascan"), o Contrato de Compra e Venda de Ações das Centrais Hidrelétricas Grapon S/A (controlada 100% da CFLCL), detentora das referidas usinas, com transferência do financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social no valor de R\$50.642, referente à construção destas usinas. Em 20 de fevereiro de 2004, foi realizada a liquidação financeira do referido contrato, que gerou um crédito para a Companhia no valor de R\$79.957, registrado na ativo circulante na rubrica "devedores diversos". Essa operação resultou em lucro não operacional no exercício de 2003, líquido dos custos contábeis dos ativos vendidos (R\$33.390) e dos impostos incidentes (R\$1.319), no valor de R\$45.248.

29 Concessão do serviço público de energia elétrica

A CFLCL e suas controladas assinaram com a ANEEL contratos de concessão de geração e distribuição de energia elétrica, renováveis pelo mesmo prazo de concessão, com as seguintes características:

Empresa	Data do Contrato	Prazo de Concessão	Término da Concessão
CFLCL	18/06/1999	20 anos	07/07/2015
CENF	18/06/1999	20 anos	07/07/2015
Energipe	23/11/1997	30 anos	23/11/2027
CELB	04/02/2000	30 anos	04/02/2030
Saelpa	15/01/2001	30 anos	15/01/2031

30 Programa Emergencial - Racionamento

Os gastos com a Implementação do Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica, estão demonstrados a seguir:

Natureza do gasto:	Controladora		Consolidado	
	2003	2002	2003	2002
. Pessoal	1.404	1.404	4.577	4.577
. Material	34	34	234	234
. Serviços de terceiros	234	234	1.314	1.314
. Outros	10	10	79	79
Total dos gastos homologados pela Aneel	1.682	1.682	6.204	6.204
(-) Valores apropriados ao resultado de 2003 (*)	(897)	-	(2.884)	-
(=) Saldo a apropriar	785	1.682	3.320	6.204

(*) Contabilizados em despesas operacionais de acordo com a natureza de gasto.

31 Resultado por atividade

A ANEEL através do Ofício Circular nº 2.183/2003 – SFF/ANEEL, de 23/12/2003, dispensou a publicação de forma segregada das atividades de distribuição e comercialização, em face da ausência de definição da tarifa de transferência de receita da atividade de comercialização para a atividade de distribuição.

Em atendimento ao Ofício Circular n.º 838/2000 da ANEEL, apresenta-se as demonstrações dos resultados de atividades de geração, distribuição e da atividade atípica - participação societária permanente:

	2003			2002	
	Não auditado			Total	Total
	Geração	Distribuição	Ativ.Atípica		
Receita operacional					
Fornecimento	16.092	239.177	-	255.269	205.933
Suprimento de energia elétrica	-	(1.275)	-	(1.275)	(3.956)
Outras	2.026	16.181	-	18.207	14.711
	<u>18.118</u>	<u>254.083</u>	<u>-</u>	<u>272.201</u>	<u>216.688</u>
Deduções à receita operacional					
Quota reserva global de reversão	1.632	2.119	-	3.751	3.507
Impostos e contribuições	869	65.921	-	66.790	52.138
	<u>2.501</u>	<u>68.040</u>	<u>-</u>	<u>70.541</u>	<u>55.645</u>
Receita operacional líquida	<u>15.617</u>	<u>186.043</u>	<u>-</u>	<u>201.660</u>	<u>161.043</u>
Despesas operacionais					
Pessoal	4.563	21.028	-	25.591	23.701
Material	283	3.014	-	3.297	3.172
Serviço de terceiros	1.299	8.413	-	9.712	10.321
Compensação financeira para utilização de recursos hídricos	240	-	-	240	251
Energia elétrica comprada	-	77.753	-	77.753	78.727
Transporte de potência elétrica	-	4.851	-	4.851	5.085
Subvenções C.C.C.	-	10.168	-	10.168	8.334
Depreciação e amortização	1.887	11.706	-	13.593	13.430
Provisões	-	3.575	-	3.575	526
Outras	557	6.096	-	6.653	6.392
	<u>8.829</u>	<u>146.604</u>	<u>-</u>	<u>155.433</u>	<u>149.939</u>
Resultado do serviço	6.788	39.439	-	46.227	11.104
Resultado de participações societárias e amortização do ágio	-	-	31.584	31.584	(30.955)
Resultado financeiro	-	(91.051)	(15.738)	(106.789)	(75.631)
Resultado operacional	6.788	(51.612)	15.846	(28.978)	(95.482)
Resultado não operacional	-	296	45.178	45.474	834
Lucro (prejuízo) antes da contribuição social, imposto de renda e da reversão dos juros sobre o capital próprio	6.788	(51.316)	61.024	16.496	(94.648)
Contribuição social e Imposto de renda	(1.597)	11.631	(10.034)	-	19.080
Lucro (prejuízo) antes da reversão dos juros sobre o capital próprio	5.191	(39.685)	50.990	16.496	(75.568)
Reversão dos juros sobre o capital próprio	-	-	(1.168)	(1.168)	(1.204)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	<u>5.191</u>	<u>(39.685)</u>	<u>49.822</u>	<u>15.328</u>	<u>(76.772)</u>

Parecer dos Auditores Independentes

Aos

Acionistas e Administradores da
Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina
Cataguazes – MG

1. Examinamos os balanços patrimoniais da Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina e controladas (controladora e consolidado), levantados em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.
2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da Companhia e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia Força e Luz Cataguazes Leopoldina e controladas (controladora e consolidado) em 31 de dezembro de 2003 e de 2002, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora) e as origens e aplicações de seus recursos correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
4. Em 31 de dezembro de 2003, a Companhia apresenta capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 57.239 mil (R\$ 99.921 mil, em 2002) e R\$ 141.583 mil (R\$ 351.302 mil, em 2002), controladora e consolidado, e um endividamento de curto e longo prazo, apresentado nas rubricas “encargos de dívidas”, “empréstimos e financiamentos” e “debêntures”, no montante de R\$ 364.236 mil (R\$ 333.104 mil, em 2002) e R\$ 1.174.273 mil (R\$ 1.158.121 mil, em 2002), controladora e consolidado, que tem contribuído para impactar negativamente o resultado das operações individuais e consolidadas dos últimos exercícios. Conforme detalhado na nota explicativa nº. 1 às demonstrações financeiras, a Administração concluiu neste exercício o processo de reestruturação do endividamento com instituições financeiras, acionistas, fornecedores e fisco objetivando o alongamento de curto para longo prazo. Na avaliação da Administração, este processo de reestruturação, associado a existência de projeções internas de resultados positivos serão suficientes para adequar a liquidez à manutenção das operações da Companhia e controladas, bem como reduzir progressivamente o referido endividamento e seus respectivos encargos financeiros.
5. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 13 às demonstrações financeiras, a Companhia possui créditos no montante de R\$ 12.749 mil (R\$ 12.438 mil, em 2002), referentes a adiantamentos para futuro aumento de capital (“AFAC”) concedidos à controlada Teleserv S.A., que devido ao atual nível de suas operações, iniciadas em meados de 2001, vem apresentando prejuízos nos últimos exercícios. Entretanto, a partir de 2004, a controlada irá implementar um novo produto que complementarará sua atividade principal de negócio e, a Administração, baseada nas projeções que incluem o sucesso deste novo produto, avalia que a controlada irá obter a lucratividade necessária para recuperar o investimento registrado como AFAC pela Companhia.
6. Conforme mencionado na nota explicativa nº. 20 às demonstrações financeiras, determinados acionistas minoritários ingressaram em juízo questionando os efeitos da Assembléia Geral Extraordinária – AGE de 9 de dezembro de 2003, que dentre outras, deliberou a redução do capital social no montante de R\$ 74.358 mil, com absorção de prejuízos do exercício em curso e acumulados. Caso a decisão judicial final dos referidos processos venha negar os efeitos da AGE, os registros contábeis referentes à redução de capital reconhecida nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2003 serão revertidos.

7. Conforme detalhado na nota explicativa nº. 5 às demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2003, a Companhia e controladas têm registrado, no ativo realizável a longo prazo, valores pendentes de recebimento no montante de R\$ 9.280 mil, na controladora, e R\$ 18.302 mil no consolidado, relativos a transações de venda de energia realizadas até dezembro de 2002 no âmbito do Mercado Atacadista de Energia Elétrica – MAE. Estes créditos estão vinculados a liminares concedidas às empresas do setor em função de processos judiciais que questionam a interpretação das regras do MAE e, portanto, podem estar sujeitos a modificação dependendo da decisão final dos referidos processos.

Rio de Janeiro, 24 de março de 2004

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº. 2 SP 011609/S-MG

Iara Pasian
Contadora
CRC nº. 1 SP 121517-3/S-MG